



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS
PRÓ-REITORIA PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E
MATEMÁTICA-PPGECIMA**

Mayara Tavares de Almeida

**ARGUMENTAÇÃO E RACIOCÍNIO MORAL EM QUESTÕES
SOCIOCIENTÍFICAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE
CIÊNCIAS: O EXEMPLO DA EUTANÁSIA**

SÃO CRISTÓVÃO – SE

2018

Mayara Tavares de Almeida

**ARGUMENTAÇÃO E RACIOCÍNIO MORAL EM QUESTÕES
SOCIOCIENTÍFICAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE
CIÊNCIAS: O EXEMPLO DA EUTANÁSIA**

Dissertação a ser apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Federal de Sergipe (PPGCIMA/UFS) como pré-requisito para obtenção do grau de Mestre em ensino de Ciências e Matemática sob a orientação do Prof. Dr. Marcio Andrei Guimarães

SÃO CRISTÓVÃO – SE

Out, 2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Almeida, Mayara Tavares de

A447a Argumentação e raciocínio moral em questões sociocientíficas na formação de professores de ciências : o exemplo da eutanasia / Mayara Tavares de Almeida ; orientador Marcio Andrei Guimarães. – São Cristóvão, 2018.

99 f.

Dissertação (mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) – Universidade Federal de Sergipe, 2018.

1. Ensino de ciências - Aprendizagem. 2. Raciocínio. 3. Ciência – Aspectos sociais. 4. Eutanásia. 5. Professores - Formação. I. Guimarães, Marcio Andrei, orient. II. Título.

CDU: 5:377.8



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA - PPGEICIMA**

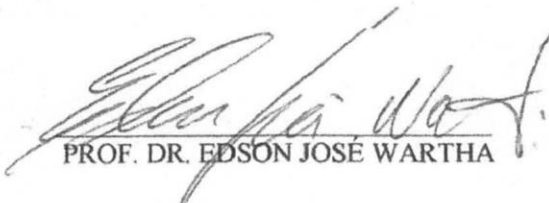


**ARGUMENTAÇÃO E RACIONCÍNIO MORAL EM DISCUSSÕES SOCIOCIENTÍFICAS NA
FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS: O EXEMPLO DA EUTANÁSIA**

**APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM
26 DE OUTUBRO DE 2018**


PROF. DR. MARCIO ANDREI GUIMARÃES


PROFA. DRA. LUZIA MARTA BELLINI


PROF. DR. EDSON JOSÉ WARTHA

Aos meus pais, que foram fonte de amor e
cuidado durante toda trajetória.

AGRADECIMENTOS

Hoje, com o trabalho todo escrito sinto a necessidade de agradecer a todos que andaram ao meu lado durante o percurso que me fez chegar até aqui.

Entre as inúmeras pessoas que me fortaleceram durante esse processo está os meus pais, **José Carlos** e **Maria José**, a eles agradeço por todo cuidado e compreensão, por serem construtores das bases por onde hoje caminho e por compreenderem minhas ausências durante esse tempo. A vocês todo o meu amor e gratidão, tudo que sou é parte de vocês!

Aos meus irmãos **Luiz Carlos** e **Carlos Henrique**, por serem exemplos de força e união. Gratidão por estarem sempre ao meu lado, amo vocês.

Ao meu noivo **Magno Augusto**, por ter sido tão companheiro e presente durante todo o tempo, saiba que minha gratidão por todo seu amor e cuidado é imensa, sem você esses dias teriam sido muito mais difíceis. Obrigado por me ensinar a ser melhor a cada dia. Amo você.

Ao meu orientador **Marcio Andrei**, que vem sendo meu professor e amigo desde a graduação, aprendi ter imensa admiração e respeito por você. Certamente boa parte do que sou e pretendo ser como professora e pesquisadora devo significativamente a suas contribuições. Obrigado por ter me acolhido e acreditado em mim.

À minha banca examinadora **Marta Belline** e **Edson Wartha** pela generosidade que se dispuseram a dialogar comigo e contribuir para a reflexão de diversos pontos do meu trabalho.

Aos amigos **Jucineide**, **Janisson**, **Thomas** e **Yasmin** que entraram em minha vida através da graduação, e se tornaram parte da minha força nos dias mais difíceis, a vocês minha enorme gratidão.

A prima e irmã **Ana Paula** responsável pelos inúmeros momentos de distração durante a caminhada.

A **Isabella**, uma moça cheia de luz, que tornou meus dias mais leves e me ensinou muito sobre empatia.

A minha prima e cunhada **Amanda** pelo carinho e respeito desde os tempos de ensino fundamental.

A **Leandra**, uma criança cheia de luz que só trouxe amor para minha vida e de quem sinto saudades constantemente.

Aos amigos que fiz durante os dias de trabalho na UFS, obrigado pelas inúmeras conversas e incentivos.

Aos professores do **DBCI** pelos conhecimentos e experiências compartilhadas.

E por fim, a todos os licenciandos que participaram da minha pesquisa, a vocês devo uma parte da possibilidade de poder desenvolver esse trabalho.

“Há muitas maneiras de matar uma pessoa. Cravando um punhal, tirando o pão, não tratando sua doença, condenando à miséria, fazendo trabalhar até arrebentar, impelindo ao suicídio, enviando para a guerra, etc. Só a primeira é proibida por nosso estado. ”

(Bertolt Brecht)

“Ao contrário do que muita gente imagina, a gente não nasce pronto e vai se gastando, a gente nasce não pronto e vai se fazendo. ”

(Mário Sérgio Cortella)

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa foi identificar a extensão das habilidades argumentativas e estabelecer a possível presença de níveis de raciocínio moral nos argumentos produzidos por professores de ciências em formação, a respeito da questão sociocientífica (QSC) Eutanásia. Uma das maneiras de trabalhar argumentação e questões morais no ensino de ciências é por meio das questões sociocientíficas. As questões sociocientíficas são caracterizadas por temas controversos, geradores de discussões que envolvem valores, raciocínio moral e tomada de decisão. Para a realização dessa proposta de trabalho, utilizei o grupo focal como método de coleta de dados. O grupo focal se mostrou adequado para esta pesquisa, já que busquei analisar as falas que emergiam durante a discussão entre os participantes. Esses grupos foram realizados em um curso de extensão ofertado para licenciandos de química, física e biologia do Campus Professor Alberto Carvalho na Universidade Federal de Sergipe. Os registros dos dados foram feitos por meio de gravações de vídeo e áudio e em seguida, foram transcritos para sua análise. Para análise dos dados, em um primeiro momento utilizei a abordagem metodológica argumentativa de Toulmin, para construir os *layouts* argumentativos de cada participante da pesquisa. Em um segundo momento, cada um desses *layouts* foi analisado segundo a taxonomia de raciocínio moral de Kohlberg. Como resultados verifiquei que de maneira geral que os professores de ciências em formação são capazes de construir argumentos, e que os níveis de raciocínio moral nos mostram que poucas pessoas se baseiam em leis para formar seus raciocínios morais no processo de tomada de decisão a respeito da realização da eutanásia. Sobre a abordagem de questões sociocientíficas constatei que essas possuem um potencial considerável para o desenvolvimento em torno da tomada de decisão e o aumento da criticidade dos alunos a respeito de temas que permeiam o cenário social.

PALAVRAS-CHAVE: ARGUMENTAÇÃO. RACIOCÍNIO MORAL. QUESTÕES SOCIOCIENTÍFICAS. EUTANÁSIA.

ABSTRACT

The aim of this research was to identify the extension of argumentative skills and to establish the possible presence of levels of moral reasoning in the arguments produced by professors of training sciences regarding the socio-scientific issues question (SSI) Euthanasia. One of the ways of working argumentation and moral issues in science teaching is through socio-scientific questions. Socio-scientific issues are characterized by controversial topics that generate discussions that involve values, moral reasoning, and decision-making. In order to carry out this work proposal, I used the focal group as a method of data collection. The focus group was adequate for this research, since I tried to analyze the lines that emerged during the discussion among the participants. These groups were carried out in an extension course offered to chemistry, physics and biology graduates from the Campus Professor Alberto Carvalho at the Federal University of Sergipe. The data records were made through video and audio recordings and were then transcribed for analysis. To analyze the data, I first used Toulmin's argumentative methodological approach to construct the argumentative layouts of each research participant. In a second moment, each of these layouts was analyzed according to Kohlberg's taxonomy of moral reasoning. As a result, I have ascertained that, in general, teachers of training sciences are able to construct arguments, and that levels of moral reasoning show that few people rely on laws to form their moral reasoning in the decision-making process regarding of euthanasia. Regarding the socio-scientific issues approach, I have found that they have considerable potential for development around decision-making and increasing student criticality on issues that permeate the social scene.

KEYWORDS: ARGUMENTATION. MORAL REASONING. SOCIOCIENTIFICA ISSUE EUTHANASIA.

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|-----------|
| 1 | APRESENTAÇÃO..... | 15 |
| 2 | EUTANÁSIA: DO DIREITO DE MATAR AO DIREITO DE MORRER..... | 20 |
| 2.1 | UMA VISÃO GERAL SOBRE A EUTANÁSIA | 20 |
| 2.2 | ORIGENS HISTÓRICAS DA EUTANÁSIA | 22 |
| 2.3 | ALGUNS CONCEITOS FUNDAMENTAIS: EUTANÁSIA, SUICÍDIO ASSISTIDO, ORTOTANASIA, DISTANÁSIA..... | 24 |
| 2.4 | QUESTÕES SOBRE A EUTANÁSIA | 25 |
| 2.5 | A MORTE SOB A VISÃO DAS PRINCIPAIS RELIGIÕES DO MUNDO | 27 |
| 2.6 | EUTANÁSIA NO BRASIL E NO MUNDO | 29 |
| 3 | ARGUMENTAÇÃO E QUESTÕES SOCIOCIENTÍFICAS | 32 |
| 3.1 | A ARGUMENTAÇÃO NO ENSINO DE CIÊNCIAS | 32 |
| 3.2 | ARGUMENTAÇÃO E EXPLICAÇÃO..... | 36 |
| 3.3 | A PROPOSTA DE STEPHEN E. TOULMIN | 38 |
| 3.4 | QUESTÕES SOCIOCIENTÍFICAS E ENSINO DE CIÊNCIAS..... | 40 |
| 3.5 | O DESENVOLVIMENTO DO RACIOCÍNIO MORAL | 43 |
| 3.6 | QUESTÕES SOCIOCIENTÍFICAS E O RACIOCÍNIO MORAL | 50 |
| 3.7 | PORQUE A EUTANÁSIA É UMA QUESTÃO SOCIOCIENTÍFICA? | 53 |
| 4 | QUESTÕES DE TRABALHO | 54 |
| 5 | METODOLOGIA | 56 |
| 5.1 | ESTRATÉGIA DE COLETA DE DADOS..... | 56 |
| 5.2 | SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES E CONSTITUIÇÃO DOS GRUPOS | 57 |
| 5.3 | ESCOLHA DO TEMA PARA REALIZAÇÃO DOS GRUPOS FOCAIS..... | 59 |
| 5.4 | ANÁLISE DOS DADOS..... | 60 |
| 5.4.1 | LAYOUT ARGUMENTATIVO DE TOULMIN COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE..... | 60 |
| 5.4.2 | A TEORIA MORAL DE KOHLBERG | 60 |
| 6 | RESULTADOS E DISCUSSÕES | 61 |
| 6.1 | ARGUMENTOS PRÓ E CONTRA A EUTANÁSIA | 61 |
| 6.2 | NÍVEL PRÉ-CONVENCIONAL | 61 |
| 6.2.1 | ORIENTAÇÃO PARA A PUNIÇÃO E OBEDIÊNCIA | 61 |
| 6.2.2 | HEDONISMO INSTRUMENTAL RELATIVISTA | 62 |
| 6.3 | NÍVEL CONVENCIONAL..... | 66 |
| 6.3.1 | ORIENTAÇÃO PARA LEI E A ORDEM | 66 |
| 6.4 | NÍVEL PÓS-CONVENCIONAL | 68 |

| | | |
|----------|---|-----------|
| 6.4.1 | PRINCÍPIOS UNIVERSAIS DA CONSCIÊNCIA | 68 |
| 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 74 |
| 8 | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 77 |
| 9 | APÊNDICES..... | 83 |
| 9.1 | TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO | 83 |
| 9.2 | TRANSCRIÇÃO DO GRUPO FOCAL I (EXCERTO) | 84 |
| 9.3 | TRANSCRIÇÃO DO GRUPO FOCAL II (EXCERTO) | 89 |
| 9.4 | TRANSCRIÇÃO DO GRUPO FOCAL III (EXCERTO)..... | 95 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-----------|
| QUADRO 1: NÍVEIS DE RACIOCÍNIO MORAL SEGUNDO KOHLBERG ----- | 47 |
| QUADRO 2: DADOS DOS PARTICIPANTES DO GRUPO FOCAL I----- | 56 |
| QUADRO 3: DADOS DOS PARTICIPANTES DO GRUPO FOCAL II----- | 56 |
| QUADRO 4: DADOS DOS PARTICIPANTES DO GRUPO FOCAL III----- | 57 |
| QUADRO 5: ARGUMENTOS CONTRA A EUTANÁSIA----- | 72 |
| QUADRO 6: ARGUMENTOS AFAVOR DA EUTANÁSIA----- | 73 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| FIGURA 1 LAYOUT ARGUMENTATIVO DO PARTICIPANTE F34 | 62 |
| FIGURA 2: LAYOUT ARGUMENTATIVO DO PARTICIPANTE F14 | 63 |
| FIGURA 3: LAYOUT ARGUMENTATIVO DO PARTICIPANTE F30 | 64 |
| FIGURA 4: LAYOUT ARGUMENTATIVO DO PARTICIPANTE F32 | 65 |
| FIGURA 5: LAYOUT ARGUMENTATIVO DO PARTICIPANTE F35 | 65 |
| FIGURA 6: LAYOUT ARGUMENTATIVO DO PARTICIPANTE F50 | 66 |
| FIGURA 7: LAYOUT ARGUMENTATIVO DO PARTICIPANTE F39 | 67 |
| FIGURA 8: LAYOUT ARGUMENTATIVO DO PARTICIPANTE F54 | 68 |
| FIGURA 9: LAYOUT ARGUMENTATIVO DO PARTICIPANTE F06 | 69 |
| FIGURA 10: LAYOUT ARGUMENTATIVO DO PARTICIPANTE F26 | 70 |
| FIGURA 11: LAYOUT ARGUMENTATIVO DO PARTICIPANTE F33 | 70 |
| FIGURA 12: LAYOUT ARGUMENTATIVO DO PARTICIPANTE F29 | 71 |
| FIGURA 13: LAYOUT ARGUMENTATIVO DO PARTICIPANTE F36 | 72 |
| FIGURA 14: LAYOUT ARGUMENTATIVO DO PARTICIPANTE M11 | 72 |
| FIGURA 15: LAYOUT ARGUMENTATIVO DO PARTICIPANTE F56 | 73 |

1 APRESENTAÇÃO

Desde meados do século XX, muitos trabalhos no ensino de ciências têm buscado estratégias que possibilitem a formação de alunos e professores capazes de realizar uma tomada de decisão consciente e informada. Diversas vertentes da pesquisa no ensino de ciência têm discutido as possibilidades desse tipo de formação. Assim, um campo de estudo que ganhou espaço nas últimas décadas é o da argumentação. Publicações de pesquisadores como as de Kuhn (1991), Van Eemeren (2002), Toulmin (2006), Walton (2006), Perelman e Olbrecht-Tyteca (1996), Jimenez-Aleixandre (2007), Billig (2008) apontam a importância do papel que a argumentação desempenha na formação de cidadãos capazes de avaliar e defender pontos de vista e tomar decisões.

Tratarei aqui de alguns conceitos chaves que norteiam esse estudo, fazendo uma trama de como se deu o surgimento e o interesse do objeto de estudo que traz como tema a argumentação e raciocínio moral em questões sociocientíficas na formação de professores de ciências: o exemplo da eutanásia

A argumentação pode apresentar uma variedade de significados. Segundo Leitão (2007) a argumentação se caracteriza pela necessidade comunicativa da defesa de um ponto de vista, como também a necessidade de uma resposta estabelecida pela comunicação entre posições contrárias. Essa necessidade irá constituir um processo de negociação que estabeleceria dentro da argumentação a obrigação de reformulação, revisão e transformação do argumento (LEITÃO, 2007).

A argumentação pode ser definida também como uma atividade discursiva que possibilita a defesa e justificação de pontos de vistas em perspectivas alternativas que possibilitará o aumento ou a redução da aceitabilidade das questões defendidas (VAN EEMEREN et al, 2004).

Já para Walton (2012) a argumentação é um processo que se dá a partir de diálogos que apresentam como característica a troca de mensagens, cujo objetivo é a compreensão dos discursos entre os participantes. Para ele a argumentação só é tida como bem-sucedida, quando ambos participantes são capazes de compreender a fala um do outro (WALTON, 2012).

E é por meio da argumentação, que identificamos os conjuntos valores morais em que cada pessoa está inserida. “A coisa moralmente certa a fazer é sempre a coisa melhor fundamentada por argumentos” (RACHELS, 2013, p.23), sendo assim, notamos que os processos argumentativos são de extrema relevância na produção de evidências morais.

As questões sociocientíficas (QSC), que podem ser definidas como temas que abrangem controvérsias de problemáticas sociais relacionadas a conhecimentos científicos da atualidade, são grandes geradoras de debates. Essas questões são apontadas como potencializadoras, tanto na geração de argumentos como também na produção de evidências de desenvolvimento ético e moral (ZEIDLER; SANDLER, 2004).

Com a apresentação de alguns conceitos centrais referente a presente pesquisa apresento como questão central do trabalho a seguinte pergunta: **professores de ciência em formação possuem a habilidade de construir argumentos e apresentar raciocínios morais a respeito da questão sociocientífica eutanásia?**

No meu objetivo central procurei desvelar as maneiras como os professores de ciência em formação argumentam sobre a questão sociocientífica eutanásia e se em seus argumentos existem a presença de raciocínio moral.

Como objetivos específicos procurei identificar a habilidade argumentativa de professores de ciências em formação com relação a questões sociocientíficas e identificar os raciocínios morais presentes na argumentação a respeito da questão sociocientífica eutanásia.

A aproximação do tema eutanásia surgiu durante a graduação, quando tive a possibilidade de participar do grupo de pesquisa intitulado “O lugar da argumentação na formação inicial de professores de ciências” orientado pelo Prof. Dr. Marcio Andrei Guimarães. Os trabalhos desenvolvidos no grupo de pesquisa abordavam diversas questões sociocientíficas, como por exemplo, o xenotransplante, a terapia gênica, vacinação e a eutanásia. Dentre as questões sociocientíficas propostas, eutanásia foi a que mais me chamou atenção por se tratar de um tema que envolve a tomada de decisão a respeito de dilemas que engloba polêmicas envolvendo a formação de valores e a necessidade da tomada de decisão a respeito da vida e morte.

Para esclarecer melhor, a eutanásia pode ser definida como ação médica que tem como intenção eliminar a dor e a indignidade da doença crônica no morrer, eliminando o portador da doença (PESSINI, 2014). Por se tratar de uma decisão que foge à regra da morte natural, a polêmica a respeito tem ganhado forças entre as discussões no campo da bioética e o número de pessoas que optam por sua realização também tem aumentado.

Durante a evolução histórica, diversos casos de eutanásia foram registrados dentro da esfera midiática como forma de levar à população toda a repercussão que envolve discussões sobre a decisão a respeito do momento da morte. Tratarei aqui de abordar brevemente alguns desses casos com a intenção de mostrar o quanto o tema pode envolver dilemas controversos elencados aos valores morais construídos ao decorrer da formação de cada indivíduo.

David Goodall, cientista britânico de 104 anos de idade decidiu interromper sua vida recorrendo a prática da eutanásia. David vivia na Austrália, onde desenvolveu diversos trabalhos como pesquisador nas áreas da ecologia e botânica. Os trabalhos acadêmicos sempre fizeram parte da sua vida. Em 1979, ele se afastou do seu emprego, mas se manteve envolvido com sua área de pesquisa, algum tempo depois disso, devido as suas limitações motoras, os responsáveis pelo seu ambiente de trabalho decidiram afastá-lo alegando a preocupação de que viesse acontecer acidentes no ambiente de trabalho que o prejudicasse. Após essa decisão, Goodall começou a apresentar interesses pela realização da eutanásia, segundo informação de uma reportagem feita pela BBC esse acontecimento foi o começo do fim. Impedido de realizar seu desejo na Austrália, Goodall decidiu viajar para a Suíça, país em que a prática do suicídio assistido é legalizada desde o ano de 1942. Na Suíça, a decisão do momento da morte é realizada em casos de doenças terminais, o que provocou grande polêmica no seu caso, já que Goodall não era portador de nenhum tipo de doença terminal, sua justificativa para decisão fazia referência a seu histórico de luta pelo direito das pessoas em decidirem qual o momento correto para a sua morte. A realização da sua eutanásia foi efetivada. Em seu último dia 10 de maio de 2018. Em seus últimos dias de vida ele afirmou que esperava que o público entendesse sua decisão. “Se alguém escolher se matar, isso é justo, não acho que ninguém tenha o direito de interferir” (MAO, 2018).

Outro caso polêmico aconteceu no Chile, esse caso envolve a jovem de 19 anos, Paula Díaz, que por excesso de dores decide implorar pela realização da eutanásia. A polêmica no seu caso diz respeito à falta de diagnóstico médico do seu problema. A ausência de um diagnóstico conclusivo e um laudo médico que lhe atribui um transtorno psiquiátrico, que seria o responsável pelos sintomas em que Paula alega sentir. Essas condições fizeram com que a polêmica que cerca a discussão sobre eutanásia no Chile ganhasse maior atenção. Sua família afirma que desde meados de 2013 Paula Díaz sofre crises intensas com movimentos involuntários, episódios de perda da consciência, paralisia das extremidades e uma dor que a jovem define como "insuportável". Outro motivo que fez com que o caso ganhasse maior repercussão foi o compartilhamento nas redes sociais um vídeo no qual seu conteúdo diz respeito a um pedido às autoridades do Chile que permitisse a realização da sua eutanásia. Até o momento não existe uma solução para o seu caso, já que as autoridades chilenas se negam a aceitar o seu pedido e tanto a família como Paula Díaz não encontram outra solução para o alívio de todo o seu sofrimento.

Como podemos observar os casos que envolvem as discussões a respeito da prática da eutanásia, se apresentam atuais, e envolve polêmicas referentes ao direito da autonomia de cada indivíduo a respeito do fim da vida.

Para alcançar objetivos desta pesquisa utilizei os trabalhos de Toulmin (2006) como referencial teórico-metodológico para análise argumentativa, e para identificar os tipos de raciocínio moral, utilizei os níveis de desenvolvimento moral proposto por Kohlberg (1997).

As questões sociocientíficas, como dito anteriormente, têm um enorme potencial na produção argumentativa e no desenvolvimento do raciocínio moral, o que está atrelado diretamente com a formação científica dos alunos. Essas questões que sempre estiveram presentes em nossos trabalhos, os considerados temas geradores sempre foram grandes aliados na produção argumentativa. A abordagem desses temas também nos possibilitava uma visão especializada da importância das discussões que envolvem ciência tecnologia e sociedade na formação cidadã para uma tomada de decisão social responsável, objetivo esse almejado por formadores docentes.

O gosto particular pelas questões sociocientíficas foi desenvolvido durante todo o meu processo de formação acadêmica, com ele também a admiração pelas questões que envolvem a argumentação e as vertentes éticas. Esses que me levaram a conhecer trabalhos a respeito do raciocínio moral e sua importância na formação docente.

Nas sessões seguintes discutirei a respeito dos temas que envolvem a presente proposta de trabalho. A eutanásia como uma questão sociocientífica, suas implicações e controvérsias no Brasil e no mundo, a argumentação e questões sociocientíficas dentro da sua vasta abordagem no ensino de ciências, o desenvolvimento do raciocínio moral e sua importância na a formação cidadã, os pilares que norteiam o desenvolvimento da pesquisa como a questão de trabalho, os aspectos metodológicos, e os resultados e discussão, em que será apresentado os dados e suas análises e por fim as considerações finais.

2 EUTANÁSIA: DO DIREITO DE MATAR AO DIREITO DE MORRER

Nessa sessão, farei uma abordagem geral a respeito da eutanásia em diferentes períodos de tempo. Discutirei sobre as suas origens históricas e apresentarei alguns conceitos médicos relacionados, apresentarei a morte sob a visão das principais religiões do mundo. Mostrarei como a eutanásia é vista em diferentes países e quais critérios são utilizados para autorizar ou negar sua realização em países que sua prática é legalizada. Por fim mostrarei brevemente como a legislação brasileira prevê a sua prática.

2.1 UMA VISÃO GERAL SOBRE A EUTANÁSIA

É consenso nos debates de bioética a importância das discussões relativas a questões como a eutanásia. Também conhecida pelo termo “boa morte” a eutanásia é caracterizada pelo fim da vida sem dor e sofrimento de pessoas que se encontram em estado de vida terminal ou com problemas psicológicos diagnosticados como insuportáveis (SINGER, 2006).

O termo “boa morte” historicamente apresentou uma conotação negativa, por ter sido utilizado em práticas de políticas nazistas em meados do século XX. A conotação negativa do termo eutanásia ainda é defendida nos dias atuais por alguns teóricos conservadores, entretanto, as práticas nazistas em nada se relacionavam com uma morte sem dor e sofrimento, e sim com formas de eliminar vidas que “não valiam a pena ser vividas” do ponto de vista dessa política. Suas caracterizações e intenções não se relacionavam diretamente com nenhum aspecto das reais motivações da eutanásia, eles não levavam em consideração a vontade do indivíduo e suas motivações não eram humanistas (SIQUEIRA-BATISTA, 2005).

Uma dessas políticas nazistas aconteceu durante o governo de Hitler, com a criação do programa de eutanásia denominada Aktion T4, nome dado a abreviação de Tiergartenstrasse 4. Esse programa ocorreu oficialmente entre os anos de 1939 e 1941, mas há indícios históricos que mostram que ele perdurou de forma velada até 1950, ano do fim do regime nazista.

O programa teve início com a imposição de medidas “educativas” para a sua popularização, por meio da utilização de vídeos que exibiam histórias do custo e benefício da realização da “eutanásia” em doentes terminais. Circunstâncias por meio dessas medidas educativas eram impostas para influenciar a sociedade a acreditar nos princípios teóricos do programa Aktion T4. Essas medidas tinham o propósito passar a imagem de uma prática de morte necessária e sem sofrimento de pessoas consideravelmente invalidas para a manutenção social alemã (OLIVEIRA, 2015).

A seleção feita para a participação do Aktion T4 ocorria a partir de relatórios com perguntas gerais, que não levavam em conta os interesses e opiniões dos médicos, pacientes e familiares envolvidos no caso. Sua avaliação era feita por consultores especializados do programa, que decretavam seus pareceres a respeito da validade ou invalidade daquela vida. Não era relevante para os praticantes o alívio do sofrimento, e sim, evidências relacionadas a incapacidade de prestar serviços à sociedade. Para Peter Singer (2006):

Vale afirmar que aquilo que os nazistas chamavam de “eutanásia” nada tinha a ver com sentimento de solidariedade dos que foram mortos, nem de preocupação com eles; tratava-se pura e simplesmente, do assassinato de pessoas consideradas indignas de viver do ponto de vista racista do Volk alemão (SINGER, 2006, p 374).

Críticos conservadores e a mídia sensacionalista da época utilizavam o termo eutanásia como sinônimo de atrocidades, como o extermínio de judeus, ciganos e não germânicos em campos de concentração, na verdade o programa de eutanásia implantado pelos nazistas não se relacionava com o real sentido do termo, esse fato compromete até os dias de hoje discussões acerca da permissividade da eutanásia.

Meios propostos para a realização da eutanásia no regime nazista se apresentavam de maneira mascarada para simular boas ações. As ideias defendidas não tinham um caráter de piedade para com os enfermos, e sim, uma forma de eliminar pessoas que eram tidas como “problemas” em seus discursos preconceituosos. O respeito pela vida e pela autonomia era descartado e medidas educativas do programa mascaravam para a população o verdadeiro propósito da sua execução.

Em definições mais contemporâneas, a eutanásia pode ser compreendida como a utilização de procedimentos que permitem apressar ou provocar o óbito de um doente que se apresenta em estado terminal de vida, a fim de acabar com seu sofrimento. Para Pessini (2014), a eutanásia se caracteriza como o ato médico que tem como finalidade eliminar a dor e a indignidade na doença crônica e no morrer, eliminando o portador da dor. Já Marton (2002, p 120) define a eutanásia como “uma conduta médica que apressa a morte de um paciente incurável e em terrível sofrimento”.

As tentativas de definição proposta ao termo eutanásia são escassas e apresentam conflitos de compreensão, por apresentar inúmeras possibilidades de sinônimos e interpretações. Para Richard (2007) a ética da eutanásia consiste na integração dos desejos apresentados pelo paciente e sua forma de avaliar o valor da vida. Ele defende que, se a morte é desejada pelo paciente, não existem razões convincentes para que essa seja negada, preceitos que se enquadram dentro do princípio da autonomia.

Diferentemente dos princípios utilizados para a definição da eutanásia nazista, a eutanásia na atualidade refere-se a uma prática que tem por objetivo o alívio de sofrimentos causados por doenças consideradas irreversíveis, o que torna o ato uma prática de misericórdia que possibilitara a eliminação da dor e da indignidade humana. O valor da vida nesse sentido apresenta uma conotação distinta, é levado em conta a vontade do paciente para com a própria vida, o respeito a sua decisão é o carro chefe dessa prática na atualidade.

2.2 ORIGENS HISTÓRICAS DA EUTANÁSIA

A eutanásia não é uma prática contemporânea, entretanto está presente em registros históricos desde o mundo greco-romano. A partir desses aspectos históricos a eutanásia foi fragmentada, de acordo com perspectiva do bioeticista Diego Gracia, em: eutanásia ritualizada, medicalizada e autônoma, (GRACIA, 1990).

A eutanásia ritualizada em seus registros históricos se caracterizava por práticas realizadas na sociedade greco-romana. A morte nessa sociedade era vista como um acontecimento que ia além dos seus significados biológicos, tendo uma relação direta com acontecimentos culturais. Segundo Pessini (2004), exemplos se davam da prática da eutanásia ritualizada na civilização greco-romana, na qual Platão e Aristóteles admitiam a morte ou até mesmo o abandono a própria sorte de crianças recém-nascidas com más formações ou anomalias que prejudicassem seu desenvolvimento. A eutanásia ritualizada apresentava um caráter dogmático com relação ao valor atribuído à vida, as pessoas que não proporcionassem condições necessárias para um desenvolvimento físico ou psicológico dentro das normalidades adotadas pelo contexto da região, eram enquadradas como um “peso” para o desenvolvimento da sociedade.

Outra etapa histórica de registros de eutanásia foi denominada “eutanásia medicalizada” que teve início na Grécia antiga e se estendeu até a segunda guerra mundial. Durante a vigência da eutanásia medicalizada, todos os cuidados médicos eram necessariamente direcionados as pessoas que possuísem corpos “sãos por natureza” que adquirissem enfermidades reversíveis com utilização de medicamentos (PESSINI, 2004).

Pessoas que possuíam deficiência física ou doenças crônicas eram privadas de cuidados médicos, com a justificativa de que, esses indivíduos não possuíam condições necessárias para desempenhar funções a serviço da sociedade. Os cuidados médicos eram concentrados em pessoas com a capacidade física e mental de desempenhar cargos de prestação de serviços a sociedade, enquanto as que não possuíam essa capacidade, eram limitadas ou até mesmo excluídas do direito de cuidados médicos, sendo assim realizada a eutanásia por omissão de cuidados.

Com o surgimento do cristianismo, a vida passou a ser considerada sagrada e um dom de Deus, devendo ser preservada sob qualquer circunstância. A partir deste momento, as práticas do mundo greco-romano foram abandonadas. (MARTON, 2002).

No cenário atual, as condições para as práticas da eutanásia se voltam para o princípio da autonomia, diferentemente da eutanásia ritualizada e da medicalizada, na qual a decisão da sua prática estava diretamente voltada a motivos culturais e sociais. A eutanásia autônoma tem como protagonista o próprio enfermo, que tem por direito a decisão quanto ao fim do prolongamento de seu sofrimento.

O princípio da autonomia estabelece uma relação entre médico e paciente que deve ser considerada dentro de qualquer ação exercida a respeito do estado clínico do enfermo. É necessário o esclarecimento de todo laudo clínico e consentimento para a realização de qualquer procedimento médico, dentre esses procedimentos está a eutanásia, tendo em vista que a essência do princípio da autonomia é basicamente o esclarecimento e consentimento, sendo que o consentimento tem que ser apresentado livremente após os esclarecimentos dados pelo profissional de saúde (PESSINI, 2014).

2.3 ALGUNS CONCEITOS FUNDAMENTAIS: EUTANÁSIA, SUICÍDIO ASSISTIDO, ORTOTANÁSIA, DISTANÁSIA

Existem diferentes conceitos que permeiam os debates envolvendo vida e morte na área biomédica. A eutanásia em específico pode ser caracterizada em diferentes aspectos. Um deles é quanto ao consentimento do paciente, que estabelece a eutanásia como voluntária ou involuntária. A eutanásia voluntária é caracterizada pela expressa vontade do paciente em sua efetivação, o indivíduo explica sua decisão com relação a realização do procedimento, tendo em vista a necessidade de que o paciente esteja em boas condições psicológicas para a tomada de decisão. Já a eutanásia involuntária, acontece quando um indivíduo, grupo ou sociedade decidem pela sua prática sem que o paciente manifeste sua vontade. Essa decisão geralmente é tomada em condições de inconsciência para a expressão de um posicionamento (MARTON, 2002).

O que diferencia a eutanásia voluntária do suicídio assistido, que é um termo também utilizado nas discussões sobre vida e morte, é a ação direta ou indireta de terceiros. Na eutanásia voluntária, a ação é realizada pelas mãos ativas de profissionais da medicina envolvidos no caso, enquanto no suicídio assistido, o próprio doente é responsável por dar fim a sua vida, com auxílio de outra pessoa.

Outro elemento que caracteriza a prática da eutanásia se configura dentro do âmbito da ação do ato praticado. Entre os posicionamentos médicos existe uma enorme diferença entre o ato de matar e o de deixar morrer. Baseado nisso a eutanásia pode ser classificada como ativa ou passiva (SIQUEIRA-BATISTA, 2005).

Na prática da eutanásia ativa, o ato de provocar a morte do paciente está ligado intimamente com a ação realizada pelo profissional médico, efetivada na maioria das vezes, por meio da administração de medicamentos letais. Já na eutanásia passiva, a morte ocorre quando há uma omissão médica em sobrepor intervenções clínicas que possibilitem o prolongamento da vida do paciente (DE CASTRO, 2006).

Um conceito também empregado nas discussões acerca da eutanásia é o da **ortotanásia** que é a efetivação da morte no seu tempo natural, sem intervenção de tratamentos desproporcionais responsáveis pelo prolongamento artificial da vida e sem abreviação no processo de morte. Em Castro (2016), é apontada a imprecisão existente entre os conceitos de eutanásia passiva e ortotanásia, por ambas se tratarem de processos no qual não existe o prolongamento artificial da ação natural de morte.

Siqueira-Batista (2005) aponta problemas existentes na delimitação e distinção entre os conceitos de eutanásia passiva e ortotanásia. A eutanásia passiva é caracterizada por não haver intervenção médica em cuidados para prolongar a vida do paciente, e a ortotanásia por deixar o enfermo morrer aparentemente no momento certo, de forma natural. Essas definições nos aponta uma precariedade existente entre as delimitações conceituais dos termos, já que em eventos de abstenção de cuidados médicos o paciente será induzido a vir a óbito a partir de processo natural do fim da vida.

Um conceito que se apresenta como contraposto à eutanásia é a **distanásia**. Termo utilizado para caracterizar o prolongamento da vida por meio de procedimentos médicos. Segundo Pessini (2001), a distanásia possui um significado atrelado ao exagero no prolongamento da agonia e sofrimento na morte de um enfermo em estado terminal, sendo esse caracterizado por um tratamento inútil que terá como consequência final a morte com maior nível de dor e sofrimento. Ao contrário da eutanásia, a distanásia é um termo pouco conhecido e discutido nos meios sociais e que é mais praticado se comparado com a eutanásia.

2.4 QUESTÕES SOBRE A EUTANÁSIA

Para Dworkin (2009) as decisões a respeito da eutanásia produzem implicações no desenvolvimento de questões políticas e morais específicas. Ele descreve essas implicações em três circunstâncias: da autonomia, dos interesses fundamentais e da santidade.

A primeira implicação citada por Dworkin envolve a defesa do direito pessoal em tomar decisões a respeito da própria vida. Pessoas que defendem o direito da autonomia como justificativa para a realização da eutanásia acreditam na necessidade da existência de um preceito legal para planejar, com ou sem assistência médica o momento desejado da morte. Para alguns, essa decisão precisa ser tomada conscientemente com bases na razão, já outras, preocupam-se com a autonomia do indivíduo mesmo em estado de inconsciência, defendendo que pudesse respeitar a vontade do próximo que se tornou inconsciente, fazendo o questionamento de qual seria a sua decisão nessas condições.

A autonomia também é utilizada como justificação para o argumento de pessoas contrárias a eutanásia. Para essas pessoas, as condições em que doentes terminais são expostos contribuem diretamente para produção de um estado de venerabilidade, o que influencia no momento da sua decisão. É apontado por Dworkin que “caso alguém que sofra de uma doença terminal, cujos cuidados sejam caros ou penosos, ou cuja situação seja consternadora para parentes e amigos, pode sentir-se culpado pelo dinheiro gasto e pela atenção que involuntariamente exige” (DWORKIN, 2009, p. 269), fato que contribuiria para uma tomada de decisão presa as influências circunstâncias.

A segunda implicação apresentada por Dworkin trata dos interesses fundamentais. Segundo ele, os interesses fundamentais estão pautados na forma em que a decisão deliberada e consciente tomada pelo paciente é vista por terceiros. Pessoas que se opõem à eutanásia utilizando os argumentos dos interesses fundamentais apoiam-se em razões paternalistas. As razões paternalistas nos fazem acreditar no desconhecimento dos próprios interesses do paciente nessa tomada de decisão, o que implica que outras pessoas que não optam pela morte, sabem melhor o que é bom para ele, violando assim, qualquer direito a autonomia. Para essas pessoas, não importa como as condições de sofrimentos são terríveis, por maior que seja o sofrimento, elas justificam a necessidade de continuar vivas pelo maior tempo possível.

As questões que perpassam o direito a autonomia e aos interesses fundamentais, devem se distinguir da terceira questão apontada por Dworkin: a santidade. Alguns discursos de oposição a eutanásia defendem o pensamento da santidade da vida humana. Para eles a prática da eutanásia é um ato condenável em todas as circunstâncias. Defensores da santidade creditam que: “uma pessoa deve tolerar o sofrimento, ou receber assistência devida caso se torne inconsciente até que a vida chegue ao seu fim natural – com isso pretende-se dizer que tudo, menos uma decisão humana, pode ser o agente de tal fim” (DWORKIN, 2009, p. 275).

Geralmente, pessoas que defendem esse ponto de vista, acreditam que toda prática que viole o valor intrínseco da santidade atribuído à vida, contrariam a vontade de Deus. A igreja católica é uma das opositoras mais inflexíveis à legalização da eutanásia. Essas convicções são apontadas como uma das bases mais influentes para os discursos de oposição a eutanásia.

2.5 A MORTE SOB A VISÃO DAS PRINCIPAIS RELIGIÕES DO MUNDO

O desenvolvimento da história humana perpassa por diversos setores que influenciam uma construção cultural do seu povo. A religião é um desses setores. Caracterizada por um sistema que compõe um conjunto de crenças e dogmas que relacionam a humanidade com a espiritualidade, as religiões são responsáveis pela formação de visões de mundo de boa parte da população que seguem seus princípios (SÁ; MOUREIRA, 2015).

O desenvolvimento das religiões assumiu com o passar do tempo diferentes formas em variadas culturas, aqui abordaremos a visão da morte a partir do ponto de vista das religiões e Cristianismo, Judaísmo, Islamismo e Budismo, com o intuito de entender como essas visões de mundo podem influenciar a decisão a respeito da realização da eutanásia.

O Cristianismo é a religião que de maneira geral, mais se faz presente na sociedade ocidental, considerando que a Bíblia é o livro mais lido do mundo. Um dos seus princípios é a crença na ressurreição. O mandamento “Não matarás” é uma das leis divinas do cristianismo que norteia a posição da igreja católica a respeito da realização da eutanásia. Para os aderentes dessa religião a realização da eutanásia é considerada homicídio. A igreja católica em os seus posicionamentos se dispõe como inflexível a respeito da realização da eutanásia (SÁ; MOUREIRA, 2015).

A posição da igreja católica foi reafirmada pelo Papa Pio XII:

[...] qualquer forma de eutanásia direta, isto é, a administração de narcóticos para provocar ou apressar a morte é ilícita porque se tem a pretensão de se dispor diretamente da vida. Um dos princípios fundamentais da moral natural e cristã é que o homem não é o senhor e proprietário, mas somente usufrutuário de seu corpo e sua existência. (SANTOS, 1992, p.242-243).

Quando é mencionado “qualquer forma de eutanásia direta”, estamos nos referindo a qualquer forma de eutanásia ativa, declarações emitidas pelo vaticano iguala a realização da eutanásia a qualquer forma de homicídio. Para o catolicismo a intenção da morte não é relevante, sendo que em quaisquer dos atos a soberania dos desígnios de deus estará sendo alterada. Apesar da igreja católica se opor totalmente a prática da eutanásia, ela permite a renúncia do paciente a tratamentos que prolonguem a vida quando não se tem mais possibilidades de reabilitação.

O judaísmo é a religião mais antiga que defende a visão monoteísta, a existência de um só Deus. Essa religião estabelece regras de condutas baseadas nas interpretações das escrituras do Torah como também, em princípios morais judaicos. Para os seguidores do judaísmo, a eutanásia é fortemente reprovada, uma vez que suas crenças defendem que a vida pertence a Deus e não cabe ao homem se dispor dela. A tradição hebraica é contrária a eutanásia, contudo, existe a distinção entre o prolongamento da vida do paciente, que é considerado algo obrigatório, e o prolongamento da agonia, que não é uma ação obrigatória. De qualquer forma as decisões a serem tomadas em questão de vida e morte, não pertencem ao indivíduo, mas as autoridades rabínicas, que interpretam a situação à luz do Torah (PASSINI, 1999).

Já para o islamismo, a vida humana é sagrada e inviolável. A palavra islam significa submissão, o homem deve entregar a sua vida a Deus e se submeter a todas suas vontades, de acordo com a legislação islâmica todos os direitos humanos decorrem de Deus. A autonomia individual é limitada diante dos seus desígnios. É reprovado o suicídio e qualquer forma de interferência no trajeto da vida. Para os islâmicos, o direito à vida é sagrado e inviolável, por isso, deve ser protegida e resguardada em todo momento da morte. De forma geral a eutanásia é tida como prática ilícita, porém a responsabilidade pode ser amenizada pelo consentimento da vítima, o islamismo também condena medidas heroicas que buscam manter um paciente em estado terminal vivo a todo custo (SÁ; MOUREIRA, 2015).

O budismo, ao contrário das religiões já citadas, não condena a realização da eutanásia por não considerar a vida propriedade divina, como nas outras religiões. Fundado na Índia por Siddhartha Gautama (480-400 a. C) o budismo considera a consciência a autonomia e o respeito as decisões pessoais foco central da sua filosofia. Os preceitos e fundamentos éticos Budistas não são vistos como uma ordem divina, mas como princípios racionais que contribuem para o bem-estar de si próprio e do outro (PESSINI, 1999, p. 85).

Diferentemente das outras religiões, o budismo não prega a existência de um deus superior. A morte não é vista como o fim da vida, e sim como o momento de transição para outra existência em que o indivíduo necessita estar em paz, por essa perspectiva é permitido o uso de medicamentos que aliviem a dor ou até mesmo aniquilem a vida, se esse for o desejo do paciente (SÁ; MOUREIRA, 2015).

2.6 EUTANÁSIA NO BRASIL E NO MUNDO

A eutanásia é uma prática médica que deve ser trabalhada dentro dos critérios legais que regem os países de forma individual, esses critérios legais são definidos dentro das leis como um conjunto de normas que direcionam a maneira correta de agir perante acontecimentos de ordem social pré-estabelecidos pela constituição.

Segundo Castro (2016), as leis e critérios adotados pela legislação de cada país são os responsáveis por determinar se a prática da eutanásia é um ato legal ou não. Sendo essa legal, serão descritos na constituição em que circunstâncias sua realização será permitida.

Os países pioneiros na legalização da eutanásia foram Holanda e Bélgica, responsáveis por reavivar o cenário de debates sobre questões de vida e morte em todo o mundo. A lei que rege a prática da eutanásia na Holanda entrou em vigor em 1º de abril de 2012. Entretanto os debates sobre o assunto já ocorriam há 30 anos na suprema corte holandesa que, mesmo contrariando o código penal holandês, permitia o direito de defesa a médicos que praticavam a abreviação da vida, desde que eles tivessem uma justificativa aceitável para tal ação (PESSINI, 2014).

As diretrizes que conduzem o código de lei responsável por tornar a eutanásia uma prática legalizada na Holanda estabelece critérios para sua realização. É necessário que o profissional médico responsável pelo estado clínico do paciente que solicita a eutanásia esteja ciente da obrigação de cumprimento desses critérios para que não existam punições.

De acordo com as diretrizes, os critérios estabelecidos são: o paciente deve apresentar estado de competência para a realização do pedido de forma voluntária, sem interferência de terceiros; apresentar condições crônicas de sofrimento seja elas físicas ou psicológicas, sem perspectivas de alívio; o médico responsável pelo paciente deve informar claramente seu estado de saúde e sua expectativa de vida, chegando a partir dessas informações a um consenso de que a eutanásia é a melhor opção para a situação do paciente; a avaliação de outro médico independente para a confirmação do estado clínico do paciente, que dará todos os pareceres necessários por escrito; e, por fim, todos os procedimentos e cuidados necessários para a prática da eutanásia devem ser reportados às autoridades que avaliariam a solicitação (PESSINI, 2014).

Ainda no ano de 2012 a Holanda deixou de ser o único país que não considerava a prática da eutanásia ilegal. Em 28 de maio de 2012 a Bélgica publicou a sua lei sobre a legalidade da eutanásia. A legislação belga é semelhante a holandesa: o pedido precisa ser feito de forma voluntária pelo paciente, é necessário que essa esteja em estado de sofrimento físico ou mental considerado intolerável, porém, se o paciente não se apresentar em estado terminal, é necessário a avaliação de um terceiro médico independente que dará seu parecer a respeito da solicitação da eutanásia. É determinada pela lei a necessidade de um tempo atribuído entre o momento de pedido do paciente até a realização do ato propriamente dito.

Durante o ano de 2014, reformulações ocorridas na lei da Bélgica possibilitaram a autorização da prática da eutanásia em crianças de qualquer idade que pudessem entender todos os critérios estabelecidos pela legislação. A criança deveria ter condições de entender as consequências do seu pedido que deve ser avaliado por um psicólogo ou psiquiatra infantil, que será responsável por identificar as condições necessárias. É necessário que a criança se apresente em sofrimento intolerável físico ou psicológico que não possa ser aliviado, o paciente precisa apresentar discernimento no momento de fazer o pedido e esse deve ser apoiado pelos pais ou responsáveis legais (CASTRO, 2006)

No Brasil atualmente, não existem leis que abordem o tema eutanásia, nem mesmo que a diferencie de práticas de homicídio. Sua realização é caracterizada pela morte por meio das mãos ativas um de outro ser humano, o que implica dizer que sua caracterização dentro das leis brasileiras pode ser enquadrada como homicídio segundo o artigo 121 do código penal

Perante a legislação vigente no Brasil, não existe diferentes punições para a prática da eutanásia ativa ou passiva, isso implica na geração de problemas relacionados ao cumprimento das leis para as diferentes ações. A eutanásia caracterizada pela administração de medicamentos que provoquem a morte do paciente é consideravelmente distinta da eutanásia realizada pela omissão de tratamentos paliativos para pessoas em estado terminal.

A norma do artigo 121, parágrafo 1º acolhe não só a hipótese de eutanásia ativa como também a passiva, já que nesta, quem omite é garantidor, ou seja, tem o dever de agir, mas se abstém deliberadamente na pretensão de tratamentos médicos uteis que poderiam prolongar a vida do paciente, resultando a antecipação de sua morte (MINAHIN, 2004, p.178)

Os profissionais da saúde que praticam a eutanásia passiva são enquadrados dentro do crime de omissão de socorro previsto no artigo 135 do código penal brasileiro.

O projeto de lei 125/96 proposto pelo senado brasileiro em 1996 foi o único proposto no congresso brasileiro com o intuito de promover a liberação da eutanásia. Em sua descrição, a eutanásia seria permitida, se uma junta médica composta por cinco profissionais da área declarasse ao paciente um estado terminal de vida. Sua prática teria que ser requerida em primeira instância pelo próprio paciente, e em casos de inconsciência, o pedido poderia ser feito por pessoas legalmente responsáveis pelo indivíduo. Esse projeto de lei nunca foi posto em votação no congresso brasileiro e ao fim da legislatura do período foi arquivado, o que evidencia a falta de interesse de transformar a prática em algo permissivo dentro do país.

3 ARGUMENTAÇÃO E QUESTÕES SOCIOCIENTÍFICAS

Nesta sessão, discutirei a importância da argumentação no ensino de ciências; o modelo de argumento de Toulmin utilizado como referencial teórico metodológico para análises argumentativas; as questões sociocientíficas e suas contribuições para o ensino de ciências; e o desenvolvimento do raciocínio moral e sua relação com as questões sociocientíficas.

3.1 A ARGUMENTAÇÃO NO ENSINO DE CIÊNCIAS

A argumentação é definida por Van Eemeren (2002) como uma prática discursiva realizada a partir de interações verbais, com o intuito de estabelecer a defesa de opiniões a respeito um determinado assunto. As defesas de opiniões devem ser avaliadas a partir da qualidade dos argumentos produzidos. Van Eemeren destaca também que a argumentação só é possível quando existe a diferença de opiniões a respeito de um tema, isso acontece quando “a diferença de opinião envolve duas partes, uma parte apresenta um ponto de vista e a outra parte expressa dúvidas sobre isso, ou como costuma acontecer, vai um passo adiante e rejeita o ponto de vista apresentado” (VAN EEMEREN, 2002, p.4)

As práticas discursivas se estabelecem ao longo de todo desenvolvimento humano, seu aperfeiçoamento se dá a partir das interações sociais estabelecidas ao decorrer da vida, um desses meios de interações sociais é a sala de aula. Segundo Ribeiro (2009) a interação verbal existente entre alunos não garante a eficiência nas produções orais, portanto cabe a escola o desafio de, através de ações didáticas ensinar os alunos a argumentarem (RIBEIRO, 2009).

Apesar de haver várias definições para argumentação, procuramos adotar uma definição que seja mais produtiva do ponto de vista de uma educação científica para a cidadania. Dessa maneira, definimos a argumentação como um tipo de atividade verbal racional que ocorre entre duas ou mais pessoas para resolver uma diferença de opinião (VAN EEMEREN et al., 2009).

Vieira e Nascimento (2013) destacam características associadas a produção da argumentação em sala de aula, entre elas estão:

- Potencial para o desenvolvimento e compreensão conceitual e epistêmica nos estudantes;

- Desenvolvimento de afirmações baseadas em evidências, que possibilita a reflexão e criticidade das suas próprias afirmações e as dos colegas, o que leva o desenvolvimento do pensamento crítico;
- O pensamento dos estudantes pode ser avaliado pelo professor e por seus colegas;
- Podem ser desenvolvidos a partir da articulação de afirmações baseadas em evidências, processos cognitivos de ordem superior;
- Por fim, a prática argumentativa pode possibilitar o desenvolvimento da autonomia em processos em tomada de decisões consciente.

Ensinar os alunos a argumentar de forma clara é um dos desafios almejados por professores na construção de conhecimento em sala de aula, tendo em vista que, a aprendizagem é um processo de construção de conhecimento que se dá a partir da linguagem.

Nesse contexto, segundo Bortoletto (2012) a linguagem passa a ser entendida não apenas como um instrumento de comunicação, mas sim, como a possibilidade de entendimento de um conhecimento num determinado tipo de racionalidade, ou seja, a partir da construção do argumento mediado pela linguagem é possível que haja compreensão dos conhecimentos construídos pelos alunos em sala de aula. Com isso é de extrema importância que esses alunos saibam argumentar a respeito de questões discursivas proposta no ambiente escolar, como também, serem capaz de entender e defender pontos de vistas a respeito de questões que permeiam âmbitos científicos presentes em meio a sociedade, já que prender não é apenas possuir um entendimento com relação ao conteúdo é além disso, a capacidade da construção do discurso e a habilidade de defender os posicionamentos tomados com clareza e racionalidade (BORTOLETTO, 2012)

Em um estudo realizado por Santos e Mortimer (2001) é apontada a importância do desenvolvimento de habilidades argumentativa de alunos em discussões que envolvam questões sociocientíficas, esse estudo se deu a partir de intervenções pedagógicas advindas do trabalho do professor. Intervenções essas apontaram que o discurso pedagógico influencia diretamente na qualidade dos argumentos produzidos pelos alunos. Com isso se faz necessário o entendimento de como esses professores estão sendo formados para gerenciar as produções argumentativas em sala de aula (SANTOS; MORTIMER, 2001).

Sasseron e Carvalho (2014) desenvolveram um estudo que trata da construção de argumentos em aulas de ciências, com foco no papel dos dados, evidências e justificativas, esse trabalho adotou como referencial teórico o padrão argumentativo de Toulmin. Foram transcritas duas aulas de ciências do ensino fundamental e a partir desses dados foram feitas as análises e identificações dos elementos argumentativos propostos. Um dos objetivos do trabalho era identificar de que maneira estas informações eram trabalhadas pelos professores de ciências, uma das observações feitas é que as análises da construção dos argumentos apresentados ocorreram em uma ordem não intuitiva, ou seja, todos os elementos argumentativos apresentados nas falas dos professores não era algo percebido pelos docentes (SASSERON; CARVALHO, 2014).

Em outro dos seus trabalhos, Sasseron (2015) relaciona as ideias de alfabetização científica, ensino por investigação e argumentação em situações que envolvem o Ensino de Ciências da natureza, um dos intuitos desse trabalho foi trazer à tona discussões acerca da escola como um espaço em que diferentes culturas são apresentadas, como elas podem ser discutidas e negociadas no ambiente escolar. É concluído que a alfabetização Científica, o Ensino por Investigação e a Argumentação permitem a concretização do estabelecimento da cultura científica escolar (SASSERON, 2015).

Como forma de apresentar a produção acadêmica brasileira sobre argumentação no Ensino de ciências, Sá e Queiroz (2011) desenvolveram a pesquisa investigando as produções de trabalhos apresentados nos Encontros Nacionais de Pesquisa em Educação em Ciências e em revistas nacionais das áreas de Educação e Educação em Ciências. O estudo revela que a partir do ano de 2007 foi atribuída uma considerável importância ao assunto devido ao número crescente de publicações de trabalhos científicos na área, é destacado também a necessidade do enfoque em estratégias com abordagem em questões de natureza sociocientíficas, o que é apontado como escasso nas produções brasileiras, em contraponto, na literatura internacional é abundantes as pesquisas que abordam questões dessa natureza (SÁ; QUEIROZ, 2011).

Outra pesquisa realizada por Sá e Queiroz (2007) investiga a promoção da argumentação no ensino superior e química. Com base na afirmação “Estudos demonstram a importância de argumentação no ensino de ciências” elas tentaram desenvolver habilidades argumentativas em alunos do curso de química baseada na metodologia do estudo de caso. As situações eram apresentadas e grupos de estudantes desenvolviam possíveis soluções para os casos. Para avaliar a qualidade dos argumentos foi utilizado o modelo argumentativo de Toulmin. As conclusões deste trabalho apoiam a ideia de que a abordagem do estudo de caso é uma estratégia eficaz para melhorar a capacidade de argumentação dos alunos (SÁ; QUEIROZ, 2007).

Sadler realizou uma pesquisa na qual a argumentação foi abordada de forma explícita em uma disciplina de metodologia de ensino de ciências. Ele verificou que a qualidade da argumentação da maioria dos estudantes melhorou muito e ao final do semestre letivo muitos alunos apresentavam uma argumentação científica de alta qualidade. Entretanto alguns estudantes mostraram uma argumentação de alta qualidade ao final do semestre, mas depois reverteram ao nível que demonstraram no início da disciplina. Outros estudantes não demonstraram qualquer tipo de modificação em suas habilidades argumentativas. Outro ponto destacado por Sadler foi que os estudantes entenderam a argumentação como uma estratégia de ensino que poderia favorecer a aprendizagem de conteúdos científicos sendo que, na verdade, a argumentação é indissociável da atividade científica e deveria ser um dos objetivos do ensino de ciências. O autor conclui o trabalho afirmando que as disciplinas de metodologia de ensino poderiam ter um papel importante na promoção da argumentação nos cursos de formação de professores, mas que isso não seria suficiente sem que os mesmos esforços em promover a argumentação fossem dirigidos aos professores em serviço (SADLER, 2006).

Carvalho descreveu as tendências na construção e uso dos argumentos durante debates de um grupo de professores da educação básica que discutiram temas controversos como a proliferação de usinas de álcool na região em que eles viviam. Professores de diferentes áreas participaram do debate já que o tema era interdisciplinar por natureza e envolvia questões ambientais, científicas, tecnológicas, interesses econômicos, políticas governamentais, práticas tradicionais, contexto social, linguagem e argumentação. Eles verificaram que os professores tinham dificuldades em lidar com os diversos campos argumentativos relacionados às questões sociocientíficas e sugeriu que as tendências detectadas na pesquisa sejam apresentadas aos professores com o objetivo de orientá-los a refletir sobre as suas posturas e a condução do debate em sala de aula (CARVALHO; NARDI; GUIMARÃES, 2007)

Se um dos objetivos do ensino de ciências na educação básica é permitir que os estudantes pensem sobre a ciência e tenham um raciocínio crítico sobre ela, é essencial que os professores sejam preparados para isso. De Chiaro e Leitão (DE CHIARO; LEITÃO, 2005) verificaram em sua pesquisa que a mediação do professor é um fator importante para a emergência da argumentação em sala de aula, principalmente no plano epistêmico, relacionado com as formas de raciocínio próprias do campo de conhecimento focado

De maneira geral é evidente nas pesquisas, a importância do desenvolvimento de habilidades argumentativas nos professores de ciências, como instrumento de comunicação para o entendimento dos conhecimentos construídos em sala de aula, como também, para que os professores possam orientar e refletir suas posturas e que possuam a desenvoltura de conduzir debate em sala de aula.

3.2 ARGUMENTAÇÃO E EXPLICAÇÃO

Durante as últimas décadas, diversos trabalhos voltados para o ensino de ciências mostram o interesse significativo pelo papel da argumentação no ensino Kuhn (1991), Van Eemeren (2002), Toulmin (2006), Walton (2006), Perelman e Olbrecht-Tyteca (1996), Jimenez-Aleixandre (2007), Billig (2008). Em pesquisa realizada por Osborne e Pattersson (2011) é apontado a necessidade da distinção entre os conceitos de argumentação e explicação. Analisando a literatura, Osborne e Pattersson (2011) indicam a existência da falta de clareza entre os conceitos que fazem parte das práticas discursivas, o que pode comprometer o avanço das pesquisas na área.

Os autores apontam também a necessidade de esforços para o estabelecimento da distinção desses conceitos, para que professores e pesquisadores possam definir qual prática discursiva desejam estabelecer em suas aulas, como também, utiliza-las de forma a desenvolver seu potencial no processo de ensino aprendizagem (OSBORNE; PATTERSSON,2011).

Segundo Osborne e Pattersson (2011) explicar é apresentar fatos científicos que dá sentido a um fenômeno, e para eles, toda explicação começa com uma declaração. Eles trazem o exemplo da extinção dos dinossauros. A afirmação que diz “os dinossauros foram extintos” é uma informação que não requer o estabelecimento de uma discussão, nem uma disputa de opiniões para comprovar sua veracidade, pelo contrário, essa afirmação já está postulada e aceita como verdade no âmbito científico.

O objetivo da explicação é descrever ou explicar como um fenômeno veio a existir, recorrendo a fatos, conceitos, mecanismos que se relacione com o fenômeno e aumente a compreensão sobre o seu surgimento, no caso do exemplo dos dinossauros, a explicação teria como função esclarecer as causas que motivaram a extinção dos dinossauros.

Diferentemente da explicação, a argumentação procura justificar uma conclusão, partindo de uma asserção aberta e incerta, que exige dos envolvidos um posicionamento que justifiquem suas conclusões. Utilizando o exemplo dos dinossauros de forma distinta, “os dinossauros foram extintos?” Alguns interlocutores poderiam responder o questionamento de forma positiva, concordando com a condição de extinção dos dinossauros, enquanto outros poderiam concluir que os dinossauros não foram extintos, baseados nas informações de dados filogenéticos que classificam as aves atuais como um grupo de dinossauros (OSBORNE; PATTERSSON,2011).

Portanto, a condição de argumentação representa a justificação da escolha de uma conclusão, com a apresentação de evidências necessárias para o estabelecimento de sua validade, enquanto a explicação parte de enunciados que oferecem um maior grau de clareza e certeza para as explicações dos fenômenos.

Para Osborne e Patterson (2011) a existência de confusões entre os conceitos de explicação e argumentação se justifica pelo fato de que essas podem ocorrer de forma associada, sendo que em um mesmo discurso pode haver a presença de ambas as práticas discursivas. Adotamos neste trabalho a perspectiva defendida por Osborne e Patterson (2011) que afirmam que a argumentação e explicação se configuram como práticas discursivas distintas, a explicação preocupa-se com o aumento da compreensão de um fenômeno, enquanto a argumentação preocupa-se em justificar uma conclusão.

3.3 A PROPOSTA DE STEPHEN E. TOULMIN

A argumentação como metodologia para a análise de dados não surgiu no campo educacional, mas vale ressaltar que a cada dia que passa essa vem sendo utilizada em maior número por pesquisadores como ferramenta para estudos nas pesquisas da área do ensino de ciências KUHN (1991), VAN EEMEREN (2002), TOULMIN (2006), WALTON (2006), PERELMAN E OLBRECHT-TYTECA (1996).

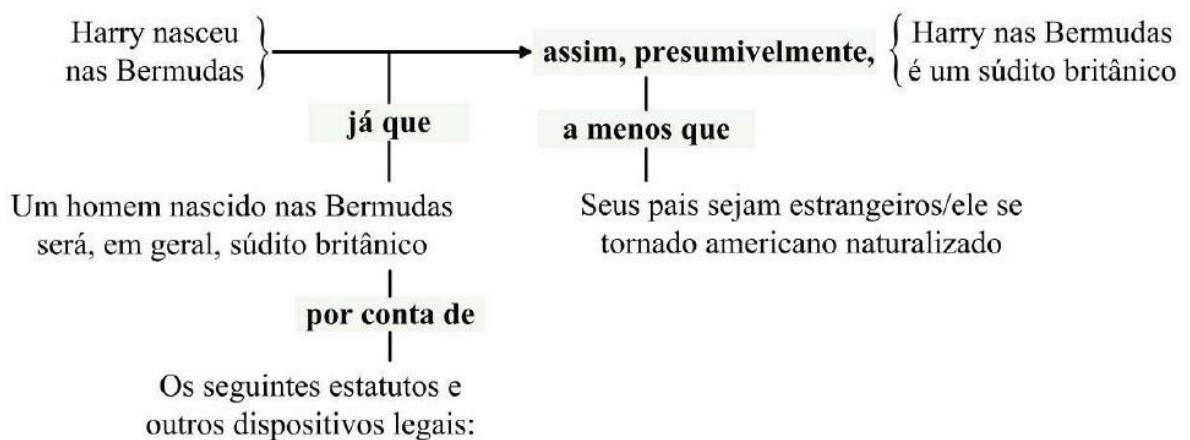
No livro “Os usos do argumento”, Stephen E. Toulmin propõe o desenvolvimento de um instrumento de análise argumentativa que busca avaliar a qualidade dos argumentos. Essa avaliação se dá a partir da presença de elementos propostos por Toulmin em seu “*layout de argumentos*”.

Toulmin (2006) afirma que um argumento pode ser comparado a um organismo, que apresenta estruturas primárias e secundárias. As estruturas primárias marcam a base argumentativa, e as secundárias dão suporte as bases iniciais do argumento. Para Toulmin, o modelo argumentativo do raciocínio lógico proposto por Aristotélico é muito simples, as três preposições que o compõe “premissa menor, premissa maior; portanto, conclusão” não abrangem todos os elementos necessários para avaliar a qualidade do argumento. Para provar isso, ele desenvolveu o seguinte *layout*:



Do ponto de vista da lógica informal, um argumento é composto por uma alegação ou conclusão (C) e suas justificativas ou dados (D). Além desses elementos básicos, Toulmin (2006) propõe a necessidade da existência de outros componentes que atribuirão força e solidez ao argumento. Esses elementos são as garantias (W), que são raciocínios que ligam os dados às conclusões; o apoio (B), que são informações geralmente baseadas em leis que justifiquem a garantia; o qualificador modal (Q), que é representado por um advérbio de modo que atribui força conferida na passagem da justificativa à conclusão; e, finalmente, as refutações (R), que são condições de exceção, ou seja, condições em que a conclusão não seria válida (TOULMIN, 2006).

Considerando os elementos do esquema argumentativo proposto por Toulmin, temos o seguinte exemplo:



A interpretação estrutural de um argumento proposto por Toulmin possibilita, a medida em que são apresentados os elementos no raciocínio argumentativo, a identificação da força de cada argumento, para ele, quanto maior o número de elementos do seu *layout* argumentativo aparecerem no argumento, maior será a força atribuída a ele.

3.4 QUESTÕES SOCIOCIENTÍFICAS E ENSINO DE CIÊNCIAS

O ensino de ciências, visto como possibilidade transformadora da sociedade, atualmente vem passando por crises que desencadeiam inúmeras preocupações entre pesquisadores da área. Segundo Pozo e Crespo (2009) é crescente o desconforto e a frustração que envolve profissionais docentes no ensino de ciências, motivos esses ocasionados pelo fato de, aparentemente, ser menor o grau de aprendizagem dos alunos, como também o nível de interesse pela educação científica. A abordagem de questões sociocientíficas em sala de aula é vista como uma possível possibilidade de aproximação dos alunos com questões de natureza científicas, éticas e políticas. Segundo Leonardo Martinez Perez:

As QSC apresentam para o ensino de Ciências importantes possibilidades para trabalhar aspectos políticos, ideológicos, culturais e éticos da ciência contemporânea. Assim, aspectos como natureza da ciência e da tecnologia, tomada de decisão, raciocínio ético-moral, reconstrução sociocrítica e ação adjacente as interações CTSA poderiam ser trabalhadas pelos professores de ciências em suas aulas por meio da estruturação e do desenvolvimento de questões controversas (PEREZ, 2012, p. 58-59)

O primeiro autor a usar a expressão questões sociocientíficas foi Reg Fleming (FLEMING, 1986a). Porém os fundamentos da área foram descritos por Milton Wessel (WESSEL, 1980), que originalmente utilizou a expressão “disputas sociocientíficas” em seus trabalhos. Wessel foi promotor de justiça nos Estados Unidos e atuou em questões envolvendo contaminação pela indústria química. Para Wessel, uma disputa sociocientífica tinha algumas características distintivas:

- Há um grande interesse público na resolução da disputa;
- A informação e entendimentos necessários para chegar a um julgamento racional são muito complexos e difíceis de avaliar;
- O julgamento final requer um equilíbrio entre um número de preocupações sobre qualidade de vida sobre as quais as pessoas podem ter posicionamentos e atitudes diferentes (WESSEL, 1980).

Uma formalização do que seriam as questões sociocientíficas é dada por Mary Ratcliffe e Marcus Grace (RATCLIFFE; GRACE, 2003). Para esses pesquisadores, uma questão sociocientífica apresenta várias características distintivas que se alinham com as postuladas por Wessel (WESSEL, 1980):

- As questões sociocientíficas frequentemente estão na fronteira do conhecimento científico;
- Envolvem a formação de opiniões e realizações de escolhas no nível pessoal e social;
- São frequentemente noticiadas pela mídia de acordo com seus interesses;
- Lidam com informações incompletas;
- Se referem às dimensões local, nacional e global com a participação de estruturas políticas e sociais;
- Envolvem análise de custo/benefício na qual os riscos interagem com os valores;
- Podem envolver considerações sobre desenvolvimento sustentável;
- Envolvem valores e raciocínio ético;
- Podem requerer algum entendimento de probabilidade e risco;
- Frequentemente são pontuais e de duração curta (RATCLIFFE; GRACE, 2003, p.2).

Os aspectos éticos e morais foram ressaltos por Zeidler e colaboradores (ZEIDLER et al., 2005) como o principal diferencial das questões sociocientíficas em relação às outras abordagens, como a CTS. Segundo esses pesquisadores:

O movimento QSC tem como foco empoderar os estudantes a considerar como questões baseadas na ciência e as decisões feitas em relação a elas refletem, em parte, os princípios morais e virtudes que envolvem suas próprias vidas bem como o mundo físico e social ao seu redor (ZEIDLER et al., 2005, p. 360)

Essa é a perspectiva que nos orienta quando se trata de questões sociocientíficas e ela é relevante na medida em que muitas pesquisas têm mostrado que os conceitos científicos não são os fatores mais importantes na tomada de decisões sobre questões sociocientíficas (FLEMING, 1986b; RATCLIFFE, 1997; SADLER; ZEIDLER, 2004)

Outras definições mais atuais surgiram após as definições iniciais das questões sociocientíficas. Segundo Pérez (2012) as questões sociocientíficas abrangem controvérsias de problemáticas sociais relacionadas a conhecimentos científicos da atualidade, os ditos temas polêmicos. São caracterizados por serem geradores de debates envolvendo diferentes pontos de vista sobre questões vinculadas à realidade, desencadeando a necessidade de uma tomada de decisão que refletira em uma ação social responsável. As questões sociocientíficas são frequentemente divulgadas por meios de comunicação em massa, e é justamente por isso que o direcionamento científico para a discussão dessas questões tem sido um dos caminhos mais pródigos para a construção de um esclarecimento a respeito da educação científica (PEREZ, 2012).

Para Zeidler (2009) a abordagem de QSC exige dos alunos o estabelecimento de diálogos de natureza controversa, responsável pela produção de raciocínios baseados na justificação, essa participação ativa possibilita a partir da produção dos raciocínios o desenvolvimento de habilidades argumentativas.

Existe um amplo número de pesquisas que mostram que as abordagens de questões sociocientíficas em sala de aula estão amplamente ligadas às contribuições da formação científica, o que possibilita aos alunos um auxílio para o desenvolvimento da tomada de decisões conscientes no trato a questões que permeiam o cenário social.

Pérez e Carvalho (2012), por exemplo, realizaram uma pesquisa na qual foram avaliadas as dificuldades e contribuições da abordagem de questões sociocientíficas na prática de professores de ciências em sala de aula. A partir de suas análises, foi percebido que a abordagem de QSCs possui um potencial considerável para a prática de professores em termo de tomada de decisão e desenvolvimento de pensamento crítico dos alunos com relação a temas que premeiam a ciência tecnologia e sociedade.

Bortoletto e Carvalho (2012) analisaram os processos argumentativos de estudantes de um curso técnico em eletrônica no contexto escolar, tendo “a energia hidrelétrica” como tema sociocientífico analisado. Os pesquisadores realizaram esse estudo a partir da exibição de um vídeo que mostrou a construção de uma usina hidroelétrica, expondo as diferentes formas de geração de energia no Brasil. A análise dos dados feita a partir de trechos da dinâmica discursiva, demonstra o interesse dos alunos em expressar suas opiniões e pontos de vista frente aos relatos exibidos no vídeo. Os autores descrevem a percepção da qualidade dos argumentos quando o tema discutido se refere a um problema que envolve a vida cotidiana dos alunos, concluindo desse modo que apesar do engajamento dos alunos em discussões referentes a temas controversos, é necessário que haja um maior número de interações humanas e consequentemente comunicativas em sala de aula, de modo que sua ausência pode causar tanto a perda da identidade coletiva do aluno quanto um empobrecimento cultural a respeito da construção de conhecimento a partir da linguagem.

Em trabalho desenvolvido por Guimarães (2011) foi analisado a forma em que Licenciandos em Ciências Biológicas argumentavam a respeito da questão sociocientífica que envolvia as pesquisas com células tronco. De maneira geral foi constatado que as discussões a respeito do tema foi um fator determinante para o desenvolvimento da argumentação, está que está ligada diretamente com a educação científica.

De maneira geral é notável a importância da abordagem de questões sociocientíficas em sala de aula para a formação de cidadãos capazes de contribuir um processo de tomada de decisão referente a assuntos que permeiam a sociedade, sendo que essas podem causar consideráveis implicações científicas, política e sociais.

3.5 O DESENVOLVIMENTO DO RACIOCÍNIO MORAL

A moralidade é uma das grandes preocupações que vem sendo retratadas nos trabalhos em ensino de ciências nas últimas décadas. A compreensão de como se dá o raciocínio moral de professores e alunos dentro no ambiente de formação escolar é um fator determinante para a compreensão de como se orienta os processos de tomada de decisão social responsável, sua importância também está relacionada ao exercício cidadão da justiça liberdade e equidade (GUIMARÃES, 2009)

Ângela Biaggio, pesquisadora pioneira nos estudos da psicologia do desenvolvimento humano no Brasil, inicia o capítulo um dos seus livros: “Lawrence Kohlberg ética e educação moral” fazendo a seguinte indagação: como crianças que nascem sem nenhum tipo de princípios éticos e morais, conseguem estabelecer ao longo do seu desenvolvimento o princípio do respeito e da ordem social para o convívio em sociedade. Ao longo dos anos essa tem sido a pergunta de pesquisa de muitos estudos das áreas da psicologia, filosofia, sociologia e educação: Como se dá o processo de desenvolvimento da formação moral nas pessoas (BIAGGIO, 2006).

Pensadores sobre estudos da moralidade como Durkheim, Freud, Piaget, Kohlberg, tentaram entender como se dá o processo de desenvolvimento da moral nos indivíduos por meio de diferentes métodos de pesquisas como o estudo de casos clínicos, entrevistas, observações comportamentais, questionários, entre tantos outros. Isso possibilita aos pesquisadores que têm como enfoque o estudo do raciocínio moral na atualidade uma vasta diversidade teórica para o desenvolvimento de seus estudos. Assim, farei aqui uma breve abordagem de como esses pensadores concebiam o processo de desenvolvimento do raciocínio moral.

Emile Durkheim, sociólogo francês, em seus estudos se preocupou em analisar o processo de desenvolvimento que leva um indivíduo a pautar suas decisões morais. Ele atribuiu à responsabilidade das decisões morais dos indivíduos a sociedade. A sociedade para Durkheim representava um conjunto de interações e representações sociais construídas por um coletivo através da história, e a moralidade era considerada por ele um fato social. O coletivo representado pela sociedade era a força externa que orientava as decisões morais nos indivíduos, então, para ele, “um trabalho de formação moral, consistia em desenvolver, o sentimento do sagrado com relação a sociedade... sentimento do qual decorrerá o respeito devido as normas morais” (LA TAILLE, 2006, p 13).

Para Durkheim, as decisões morais eram regidas por uma dimensão afetiva, que atribuía o sentimento de sacralidade a sociedade. Em linhas gerais “ser moral é obedecer aos mandamentos de um ser coletivo superior que inspira o sentimento do sagrado por ser temido e desejável” (LA TAILLE, 2006, p 13).

Já para Freud, conhecido pelas suas contribuições na psicanálise, aponta em seus estudos a existência de um conflito na formação moral humana, em que, seguir regras leva o indivíduo à civilização, a vida dentro dos preceitos da sociedade, mas, faz com que este perca sua liberdade e viva em estado de submissão. Esse conflito é fator determinante para a vulnerabilidade da formação moral, Freud observa também que a maioria das pessoas que seguem leis morais, o faz apenas por medo de fatores externos. “Em resumo, pra Freud, a ação moral explica-se por um jogo de forças afetivas” (LA TAILLE, 2006, p 13).

Segundo La Taille (2006) tanto para Durkheim como para Freud, os sentimentos apresentam um papel de extrema relevância na formação moral de cada indivíduo. Eles não descartam o papel da razão nessa formação, mas suas observações os limitam. A moralidade para Durkheim e Freud era um processo regido por leis exteriores como afirma:

Ambas inclinam se a considerar o indivíduo como um ser moralmente heterônomo. Em Durkheim, a heteronomia traduz-se pela obediência a algo irremediavelmente exterior ao sujeito: os mandamentos da sociedade. Cada indivíduo recebe um sistema moral pronto, ao qual deve adaptar-se... Em Freud, a heteronomia traduz-se numa ilusão: o indivíduo pode até acreditar que seus comportamentos morais são exclusivamente a sua “vontade boa”, mas essa vontade é, na verdade profundamente determinada por processos que escapam do seu controle, por ser inconsciente (2006, p. 14).

Entre inúmeros teóricos de diferentes correntes de pensamento que abordam a moralidade, Lawrence Kohlberg, psicólogo Americano desenvolve a partir de estudos baseados nas ideias de Jean Piaget a teoria de julgamento moral ou teoria da moralidade. Para entendermos melhor a teoria de Kohlberg se faz necessário contextualiza-la em sua origem.

Durante maior parte da sua vida, Piaget realizou pesquisas sobre o desenvolvimento das estruturas cognitivas e o raciocínio moral nos primeiros anos de vida de crianças. Dentre seus trabalhos o que ganhou maior relevância entre estudiosos da área foi a pesquisa que propôs a compreensão dos estágios de desenvolvimento cognitivo nos anos iniciais de crianças (BIAGGIO, 2006).

O raciocínio moral para Piaget ocorria paralelamente ao desenvolvimento cognitivo em geral. Esse desenvolvimento também ocorria por etapas e essas etapas foram descritas por Piaget no livro *O Juízo moral na criança*¹ em 1932, um dos clássicos no estudo da moralidade humana que mostra o estudo desenvolvido a partir da utilização de um jogo de regras.

Seu estudo foi desenvolvido a partir das observações de atitudes de crianças de diferentes idades a respeito das regras do jogo de bola de gude para meninos e amarelinha para meninas. Suas inferências deram origem a fases de raciocínio moral em que um indivíduo passa para chegar à última fase da moralidade, partindo a anomia, passando pela heteronímia até chegar a autonomia. Piaget concluiu também que há um paralelo entre o desenvolvimento cognitivo e o raciocínio moral e que nem sempre todos os indivíduos chegam a fase da autonomia, podendo esses ficar na heteronomia por toda vida (DUSKA; WHELAN, 1994).

Anomia é o primeiro estágio de raciocínio moral apresentado pela criança. Nele não há regras propriamente ditas. As crianças possuem pouca idade, até dois anos aproximadamente, nesse período elas não são capazes de diferenciar o eu do outro, e durante a execução do jogo há ausência de regras governando suas atividades, existe apenas a manipulação das bolinhas, simplesmente como uma atividade sensório-motora.

A heteronomia, segundo estágio de desenvolvimento moral, ocorre entre os dois e os seis anos de idade, nesse estágio, as regras começam a existir a partir de fontes variadas construídas culturalmente, neste período a criança é consciente de que existem regras, mas é incapaz de se questionar a respeito delas, para elas as regras são sagradas, inquestionáveis e invioláveis. A sua prática se baseia na imitação, sem maior consciência a respeito dos seus fins. E suas fontes variadas podem partir objetos, religiões ou até mesmo da família (DUSKA; WHELAN, 1994).

Uma das características na dimensão da heteronomia é o apego às aparências ao invés do raciocínio lógico, o que faz com que o maior castigo seja atribuído para o menino que quebrou os 12 copos sem intenção ao invés da criança que quebrou um copo premeditadamente.

¹ PIAGET, J. **O Juízo moral na criança**. São Paulo: Summus Editorial. 1994. 304p

Na autonomia, estágio seguinte do juízo moral proposto por Piaget acontece a superação desse estágio de obediência a fatores exteriores que caracterizam a heteronomia. A atitude nesse estágio começa a levar em conta as intenções e não as consequências de um ato. As relações são baseadas na reciprocidade e o respeito mútuo entre as pessoas (LA TAILLE, 2006).

Dando seguimento aos estudos de Piaget, Kohlberg, psicólogo americano, professor da universidade de Harvard desenvolveu dentro dos seus grupos de pesquisa trabalhos ampliando e aprofundando o estudo do raciocínio moral. Na fase inicial da sua pesquisa, Kohlberg selecionou um grupo de cinquenta sujeitos americanos com idade entre dezoito e vinte e oito anos os entrevistaram a cada três anos durante o período de dezoito anos. Identificou nessas entrevistas respectivas que compõem os estágios do raciocínio moral por ele definidos.

Nesses dezoito anos de pesquisa, percebeu que todos os sujeitos estudantes passavam pela mesma sequência de estágios, apesar de terem ritmos de desenvolvimento diferentes; além do mais, descobriu que nenhum dos cinquenta estudantes examinados havia alcançado o mais alto estágio de raciocínio moral (DUSKA; WHELAN, 1994, p.53)

Em uma segunda fase da pesquisa, Kohlberg selecionou sujeitos de pesquisas de culturas diferentes a fim de investigar se a cultura influenciava nos resultados obtidos dos níveis de desenvolvimento moral. As técnicas de entrevistas utilizadas eram as mesmas. Os resultados da segunda fase só comprovaram o que ele já tinha identificado no primeiro momento da sua pesquisa, aumentando a veracidade e validade da sua teoria.

Kohlberg utilizou dilemas morais em suas entrevistas. Os dilemas morais colocam o sujeito em uma situação que se faz necessário a escolha de uma ação e justificação da sua escolha. O dilema moral mais conhecido utilizado por Kohlberg é o dilema de Heinz transcrito logo a baixo:

Na Europa, uma mulher estava à beira da morte devido a uma doença muito grave, um tipo de câncer. Havia apenas um remédio que os médicos achavam que poderia salvá-la. Era uma forma de *radium* pela qual um farmacêutico estava cobrando dez vezes mais do que o preço de fabricação da droga. O marido da mulher doente, Heinz, foi a todo mundo que ele conhecia para pedir dinheiro emprestado, mas só conseguiu juntar mais ou menos a metade do que o farmacêutico estava cobrando. Ele disse ao farmacêutico que sua mulher estava à morte, e pediu que lhe vendesse mais barato ou que o deixasse pagar depois. Mas o farmacêutico disse: 'Não, eu descobri a droga e vou fazer dinheiro com isso'. Então Heinz ficou desesperado e assaltou a loja para roubar o remédio para sua mulher. O marido deveria ter feito isso? Por quê? (BIAGGIO, 2006, p. 29)

Dilemas morais como o de Heinz eram utilizados nas entrevistas para a identificação do nível moral em que os indivíduos se encontravam, a partir das suas respostas.

Foram identificados em seus trabalhos seis níveis de raciocínio moral, esses níveis eram identificados a partir da justificção apresentada pela ação escolhida.

É importante notar que a teoria de Kohlberg é estrutural, e os estágios refletem maneira de raciocinar e não conteúdos morais. Assim, uma pessoa pode ser classificada em qualquer um dos estágios, tanto dizendo que deve roubar o remédio, como dizendo que não deve. O importante é a justificção dada pela pessoa para a sua decisão (BIAGGIO, 2006, p. 30)

Os níveis de raciocínio moral descritos por Kohlberg foram considerados universais por terem sido validados em diferentes culturas. Esses foram identificados como Pré-convencional, Convencional e Pós-convencional, e cada nível possuía dois estágios, totalizando seis ao todo, mostrados no quadro a seguir:

| Nível | Estágio | Descrição |
|-------------------------|---------|---|
| Pré-convencional | 1 | Orientação para a punição e obediência: Nesse estágio a moralidade é definida em termos de suas consequências para o agente. Se a ação é punida, é moralmente errada; se não é punida, é moralmente certa. |
| | 2 | Hedonismo instrumental relativista: A ação moralmente correta é definida em termos de prazer ou da satisfação das necessidades pessoais. |
| Convencional | 3 | Moralidade do bom garoto, de aprovação social e relações interpessoais: O comportamento certo é o que leva à aprovação dos outros. |
| | 4 | Orientação para a lei e a ordem: Nessa fase há grande respeito pela autoridade, por regras fixas e pela manutenção da ordem social. Deve-se cumprir o dever. |
| Pós-Convencional | 5 | A orientação para o contrato social: As leis não são mais consideradas válidas pelo mero fato de serem leis: as leis injustas devem ser mudadas. |
| | 6 | Princípios universais de consciência: O indivíduo reconhece princípios morais universais da consciência individual e age de acordo com eles. |

Quadro 1: Níveis de raciocínio moral segundo Kohlberg (adaptado a partir de BIAGGIO, 2006 p. 24-27).

Os estágios de raciocínio moral são compreendidos como sistemas organizados de pensamentos. A medida que o raciocínio moral se apresenta em um estágio mais elevado, mais sólido é o seu nível de julgamento moral. Os estágios formam uma sequência invariante, e o movimento do desenvolvimento moral é sempre para a frente, indivíduos nunca pulam estágios. Isso é válido em todas as culturas, pensar em um estágio mais alto compreende dentro dele a reorganização do estágio anterior do desenvolvimento moral (KOHLBERG; HERSH, 1977).

O que determina os níveis de raciocínio moral em que cada indivíduo se apresenta, não é a escolha da ação em específico e sim a forma em que ela é justificada. Vale ressaltar também que para Kohlberg poucas pessoas conseguiam alcançar o último estágio raciocínio moral.

3.6 QUESTÕES SOCIOCIENTÍFICAS E O RACIOCÍNIO MORAL

Questões sociocientíficas como já visto, são caracterizadas por temas de origem controversa, que geram interações entre ciência, tecnologias e sociedade. As questões sociocientíficas podem ser diversos, discutidas a muito tempo como também emergidos do cenário cotidiano atual, suas discussões envolvem diferentes explicações a partir de crenças e valores de ordem moral construídos ao decorrer da vida.

Uma das ênfases da abordagem das questões sociocientíficas é o desenvolvimento de aspectos éticos e morais são as construções dos discursos argumentativos. Zeidler e colaboradores (2005), por exemplo, escreveram que o domínio de questões sociocientíficas "foca em capacitar os alunos a considerar como as questões científicas refletem, em parte, os princípios morais e os elementos da virtude que englobam suas próprias vidas, bem como o mundo físico e social em torno deles " (2005, pág. 358). Segundo Sadler (SADLER, 2003), as questões sociocientíficas devem ser consideradas a partir de múltiplas perspectivas e, frequentemente, não têm resolução simples e contam com processos de raciocínio informal. Um exemplo de raciocínio informal é o raciocínio moral que leva em conta as ramificações morais das decisões tomadas em questões sociocientíficas.

Em uma pesquisa que envolve questões sociocientíficas e desenvolvimento moral Sadler e Zeidler, tiveram como objetivo a identificação de até que ponto os estudantes avaliavam questões de engenharia genética como problemas morais, de que maneira as considerações morais influenciavam a resolução das questões envolvendo engenharia genética e quais fatores influenciavam a tomada de decisão pelos estudantes. Para alcançar esses objetivos os autores desenvolveram cenários envolvendo temas como clonagem e terapia genica, e desenvolveram também um questionário que abordava temas que se relacionava com a engenharia genética, como inteligência e cor dos olhos. Foi verificado que uma boa parte doas participantes da pesquisa identificaram aspectos morais nos cenários apresentado pelos pesquisadores. Os estudantes apresentaram diferentes tipos de raciocínios moral. Esses tiveram como predominância os raciocínios consequencialista e principialista, alguns outros estudantes se mostraram influenciados pelas emoções. Outra categoria identificada pelos pesquisadores foi a intuição moral, na qual os estudantes simplesmente julgam os cenários como moralmente certos ou errados, de forma instintiva, sem levar em consideração aspectos afetivos, consequencialistas ou principialistas. Esse trabalho é concluído com os pesquisadores afirmando que os aspectos morais são importantes na tomada de decisão em questões que envolvem engenharia genética e mostrando como os indivíduos utilizam o raciocínio moral para resolver problemas de engenharia genética. Afirmam também que o uso de questões sociocientíficas poderia encorajar os estudantes a confrontar os aspectos morais da ciência e que tais questões deveriam ser incorporadas no currículo de forma a explicitar os seus aspectos éticos e morais (SADLER; ZEIDLER, 2004).

Outra pesquisa que envolve questões sociocientíficas e desenvolvimento moral foi realizada por Ângela Biaggio e colaboradores. Eles utilizaram de dilemas morais que envolvia questões ambientais com o objetivo de entender e melhorar as atitudes desses estudantes a respeito das questões ambientais. Os autores verificaram que metade dos estudantes participantes da pesquisa apresentou algum tipo de mudanças favoráveis a respeito das questões ambientais. Esses estudantes que apresentaram essas mudanças faziam parte do grupo que proporcionava maior participação nos debates propostos. A outra parte dos estudantes mostrava maior interesse em outros temas como sexualidade, gravidez, uso de drogas, entre outros. Para resolver esse dilema os autores trabalharam esses temas juntamente com os dilemas ambientais no intuito de satisfazer os interesses dos estudantes. Essa motivação dos estudantes em discutir outros temas pode ter dificuldade a participação nos debates relacionados às questões ambientais, os autores indicam que o interesse pelo tema a ser debatido é essencial para uma participação efetiva dos estudantes nos debates. Outro problema destacado foi o fato de psicólogos terem mediado os debates, o que dificultou o andamento da pesquisa. Na visão dos alunos, psicólogos deveriam tratar de outros temas que não fizessem parte de questões ambientais, assim os autores finalizam recomendando que a realização desse tipo de debate seja feita por professores de ciências naturais, e que a motivação dos alunos a respeito do conteúdo discutido é um fator determinante para o desenvolvimento das discussões (BIAGGIO *et al*, 1999)

Nardi e Razera (2006) realizaram um levantamento sistemático de trabalhos publicados em periódicos da área do ensino de ciências, com o intuito de investigar, em qual frequência trabalhos com foco no raciocínio moral estavam sendo desenvolvidos, e como as pesquisas no ensino de ciência estavam tratando as discussões a respeito da ética e da moral no que diz respeito a educação científica. Eles apontam que aspectos relevantes para o desenvolvimento do conhecimento como o raciocínio moral vêm sendo negligenciados nas pesquisas desenvolvidas na área do ensino de ciências. As negligências no que diz respeito as pesquisas na área do ensino de ciências não se referem a falta de estudos teóricos e metodológicos na área da ética e moral.

Existem inúmeros teorias morais que podem auxiliar no processo de investigação a respeito da abordagem das questões éticas referente aos processos de tomada de decisão, envolvendo questões sociocientíficas. As mais citadas no campo das vertentes éticas são as teorias, utilitarista, deontológica, da virtude e do cuidado (BEAUCHAMP; CHILDRESS, 2013).

3.7 PORQUE A EUTANÁSIA É UMA QUESTÃO SOCIOCIENTÍFICA?

A eutanásia apresenta-se como tema controverso de extrema relevância que há décadas vem sendo discutido no âmbito da ética e moral. Mesmo assim, é visto como um tema atual, por se tratar de uma questão que envolve opiniões distintas entre indivíduos de uma sociedade. Como caracterizada, as questões sociocientíficas apresentam origem controversas, e a eutanásia divide opiniões fundamentadas em valores advindos das diferentes fontes, podendo ser de origens científicas, culturais, religiosas, entre outros.

4 QUESTÕES DE TRABALHO

É evidente a importância da argumentação em diversos setores da sociedade. Um deles é a prática da atividade científica que se dá a partir de interações discursivas, essas que possibilitam a mediação de conhecimentos desenvolvidos por meio de pesquisas que possibilitam o desenvolvimento científico. Outro setor em que a prática argumentativa se faz necessária é na vida cotidiana. Todo cidadão deveria ser capaz de produzir argumentos de forma a defender suas posições a respeito das diversas áreas de conhecimento. Uma das melhores formas de desenvolver essas habilidades é por meio da escolarização, e o ensino de ciências tem uma grande responsabilidade nisso, pois, como já foi dito, a atividade científica está ligada diretamente as habilidades argumentativas.

Nesse sentido, as questões sociocientíficas, apresentam um grande potencial para o desenvolvimento dessas habilidades, pois são caracterizadas por serem temas controversos, potencialmente geradores de discussões que envolvem a defesa de diferentes visões de mundo. O tema eutanásia como uma questão sociocientífica pode contribuir para o desenvolvimento de habilidades argumentativas em sala de aula, por se tratar de um tema controverso e polêmico, que envolve conhecimentos científicos, tecnológicos e sociais.

Uma das principais maneiras de demonstração de evidências morais se dá por meio da argumentação. Segundo James Rachels e Stuart Rachels “A coisa moralmente certa a se fazer é sempre a coisa melhor fundamentada por argumentos” (RACHELS; RACHELS, 2013, p.23). Isso indica que o processo argumentativo possibilita uma maneira de identificação de como os indivíduos orientam seus comportamentos a partir de valores estabelecidos no decorrer da vida.

A partir da argumentação se faz possível identificar indícios da moralidade nas falas das pessoas. Essa meta está atrelada ao fazer docente, que deveria ter como objetivo propiciar condições para que o desenvolvimento de habilidades argumentativas nos alunos ocorresse de forma adequada (GUIMARÃES, 2011). Considerando que toda organização social humana tem normas de conduta, e que essas normas também se fazem a partir das habilidades argumentativas, é necessário que o aluno entenda quais implicações éticas e morais o desenvolvimento científico e tecnológico pode causar à sociedade.

Sendo assim, neste trabalho, investiguei a argumentação e o raciocínio moral apresentado por professores de ciências em formação com relação à questão sociocientífica “eutanásia”.

Entre as questões investigadas uma de fundamental importância é a identificação das habilidades argumentativas nos sujeitos da pesquisa. Os parâmetros para essa avaliação se dão dentro da perspectiva argumentativa de Stephen Toulmin (TOULMIN. 2006) que afirma que quanto maior o número de elementos do seu esquema argumentativo apresentados, maior qualidade do argumento do participante.

E por fim, em relação ao conteúdo apresentado nos argumentos, procurei investigar qual nível de raciocínio moral é característico na fala desses sujeitos, esses enquadrados dentro dos níveis da teoria do raciocínio moral de Lawrence Kohlberg. Mais especificamente, tenho como objetivo analisar os argumentos e o raciocínio moral em relação ao posicionamento pró e contra a realização da eutanásia.

5 METODOLOGIA

Para o presente trabalho de pesquisa utilizei a perspectiva qualitativa por possibilitar o acesso a aspectos subjetivos dos participantes como experiências, percepções e crenças. Para atingir os objetivos propostos neste trabalho, utilizei o grupo focal como estratégia de constituição de dados. A utilização do grupo focal se justifica visto que um dos seus objetivos é a produção de argumentos a partir das interações entre os participantes. Para a análise argumentativa utilizei o *layout* de Toulmin (2006) e para a análise do raciocínio moral, utilizei os níveis de raciocínio moral de Lawrence Kohlberg (KOHLBERG: HERSCH, 1977).

5.1 ESTRATÉGIA DE COLETA DE DADOS

O grupo focal pode ser definido como uma estratégia de coleta de dados feita por meio de entrevistas coletivas nas quais os participantes discutem sobre um tema específico determinado pelo moderador do grupo. Sendo assim os dados surgem pela interação dos discursos dos sujeitos (MORGAN, 1996).

Dentre as características da utilização do grupo focal está a interação existente entre os participantes, sendo essa uma grande geradora de discussões referentes aos diferentes pontos de vistas para produção e defesa de argumentos. O moderador responsável pelo grupo terá a função de promover a problematização de um tema, apresentando questões que nortearão o debate entre os participantes.

Entre as principais vantagens apontadas pelos pesquisadores que utilizaram o grupo focal estão (MORGAN, 1996: STEWART; SHAMDASANI; ROOK, 2006):

- Possibilidades interações entre o moderador e os participantes do grupo focal;
- Clarificação de pontos de vista de forma imediata dos participantes;
- Utilização de questionamentos abertos, o que possibilita uma vasta gama de possibilidades de interpretações do tema;
- Permite que os participantes da pesquisa se manifestem em relação aos raciocínios dos outros membros do grupo e as usem para construir sua argumentação;
- Realização de baixo custo.

As principais limitações apontadas pelos pesquisadores que utilizam o grupo focal são (STEWART; SHAMDASANI; ROOK, 2006):

- Os efeitos negativos que podem ser gerados a partir da interação entre os participantes e entre eles e o moderador;
- A possibilidade de que os resultados do grupo focal possam ser influenciados por um membro entre os participantes;
- O caráter muito aberto das questões pode dificultar a análise dos dados obtidos;
- O controle que o moderador precisa desenvolver para não influenciar, involuntariamente, o tipo de resposta que deseja obter.

Para esta pesquisa, o grupo focal se mostrou adequado já que busquei analisar as falas que emergiam durante a discussão entre os participantes. Os registros dos dados foram feitos por meio de gravações de vídeo e áudio e, em seguida foram transcritos para sua análise.

5.2 SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES E CONSTITUIÇÃO DOS GRUPOS

A constituição dos participantes da pesquisa foi feita por meio de divulgação, nos Departamentos de Ciências Biológicas, Química e Física situada no Campus Universitário Professor Alberto Carvalho/UFS, de um curso de extensão intitulado “A argumentação na educação científica”. O Campus Universitário Professor Alberto Carvalho/UFS fica situado na cidade de Itabaiana, interior do estado de Sergipe. O Campus Alberto Carvalho possui atualmente dez cursos de graduação, sete licenciaturas e três bacharelados, sendo nosso alvo os alunos da licenciatura em ciências.

Para participar desse curso se voluntariaram dezoito licenciados, dezessete do sexo feminino e um do sexo masculino, esses voluntariados foram divididos em três grupos focais conforme a disponibilidade individual de cada um. O grupo um foi composto por oito alunos do curso ciências biológicas. O grupo dois, por cinco alunos, um do curso de física e quatro do curso de química. E o grupo três por cinco alunos do curso de Ciências Biológicas. Os participantes ficaram organizados da seguinte forma:

No grupo focal um, tive a predominância de participantes do sexo feminino

| Participante | Idade | Sexo | Curso | Período |
|---------------------|--------------|-------------|----------------------|----------------|
| F14 | 24 | Feminino | Ciências Biológicas. | 7° |
| F26 | 26 | Feminino | Ciências Biológicas. | 7° |
| F30 | 25 | Feminino | Ciências Biológicas. | 5° |
| F35 | 26 | Feminino | Ciências Biológicas. | 5° |
| F39 | 21 | Feminino | Ciências Biológicas. | 5° |
| F50 | 32 | Feminino | Ciências Biológicas. | 7° |
| F55 | 26 | Feminino | Ciências Biológicas | 7° |
| F56 | 23 | Feminino | Ciências Biológicas. | 7° |

Quadro 2: Dados dos participantes do Grupo focal I.

. Como a seleção dos participantes para constituição dos dados foi feita sem a discriminação de variáveis e de acordo com a disponibilidade dos participantes, esse episódio não foi esquematizado.

No grupo focal dois, já houve a presença de um participante do sexo masculino, mas a predominância de participantes do sexo feminino.

| Participante | Idade | Sexo | Curso | Período |
|---------------------|--------------|-------------|--------------|----------------|
| F06 | 23 | Feminino | Física | 7° |
| F29 | 23 | Feminino | Química | 7° |
| F42 | 27 | Feminino | Química | 7° |
| F54 | 24 | Feminino | Química | 7° |
| M11 | 25 | Masculino | Química | 7° |

Quadro 3: Dados dos participantes do Grupo focal II.

O grupo focal três continuou com a predominância de participantes do sexo feminino.

| Participante | Idade | Sexo | Curso | Período |
|--------------|-------|----------|----------------------|---------|
| F32 | 32 | Feminino | Ciências Biológicas. | 7º |
| F33 | 31 | Feminino | Ciências Biológicas. | 5º |
| F34 | 23 | Feminino | Ciências Biológicas. | 7º |
| F36 | 33 | Feminino | Ciências Biológicas. | 7º |
| F38 | 30 | Feminino | Ciências Biológicas. | 7º |

Quadro 4: Dados dos participantes do Grupo focal III.

O curso foi divulgado em todas as turmas das respectivas disciplinas, mas os alunos que apresentaram maior interesse foram alunos do 5º e 7º período. A faixa de idade dos participantes variou entre 21 a 32 anos de idade, foi usado códigos de identificação para manter a anonimato dos participantes, F representa participantes do sexo feminino, M participantes do sexo masculino e os números foram escolhidos de forma aleatória.

5.3 ESCOLHA DO TEMA PARA REALIZAÇÃO DOS GRUPOS FOCALIS

A eutanásia foi escolhida como tema gerador do grupo focal por ser uma questão controversa que envolve diferentes opiniões que podem ser influenciadas por fatores de ordem pessoal ou social do indivíduo e também por ser um tema frequentemente abordado nos meios de comunicação, envolvendo valores éticos e morais.

Durante a realização do grupo focal, foram avaliados os posicionamentos pró e contra a realização da eutanásia e suas justificativas.

No início de cada grupo focal o moderador perguntou o que cada participante sabia a respeito da eutanásia. Após a fala de cada participante a respeito da pergunta inicial, o moderador apresenta alguns esclarecimentos sobre o tema: significado do termo, como geralmente ocorre a prática da eutanásia, diferença entre eutanásia ativa e eutanásia passiva, em quais países a sua prática é legalizada e como a legislação do Brasil trata o tema. Após esses esclarecimentos, os participantes foram solicitados a manifestar o seu posicionamento em relação a eutanásia.

5.4 ANÁLISE DOS DADOS

Após a transcrição dos grupos focais, fiz a leitura de cada um deles para identificar padrões de argumentação em relação ao tema.

5.4.1 *LAYOUT* ARGUMENTATIVO DE TOULMIN COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE

Inicialmente fiz a leitura dos transcritos para ter familiaridade com os dados.

Após isso, em uma nova leitura, busquei as **alegações (C)** que cada participante fazia para o tópico e seu posicionamento a favor ou contra a eutanásia, e, concomitantemente, busquei os **dados (D)** que sustentavam as justificativas para essas alegações.

Em uma nova leitura, busquei identificar as **garantias (W)** que permitiam ligar as alegações aos dados e os **apoios (B)** para essas garantias. Entretanto, não foi identificado qualquer tipo de apoio.

Finalmente, em uma nova leitura busquei, por **refutações (R)** e **qualificadores modais (Q)**. As refutações foram classificadas em **R1**, quando o participante vislumbrava uma possibilidade na qual a sua argumentação inicial pudesse ser refutada. Na refutação do tipo **R2**, um participante refutaria a argumentação de outro, entretanto não foi identificada qualquer tipo de refutação do tipo R2.

Com esses dados foi possível construir os *layouts* argumentativos para cada participante da pesquisa. Em seguida, cada um desses *layouts* foi analisado segundo a taxonomia de raciocínio moral de Kohlberg.

5.4.2 A TEORIA MORAL DE KOHLBERG

A partir dos *layouts* argumentativos dos raciocínios a respeito do dilema moral apresentado, foram situados os estágios do raciocínio moral a partir das categorias pré-estabelecidas por Kohlberg como **pré-convencional**, **convencional** e **pós-convencional** (ver sessão 2.4, Quadro.1). Cada sujeito analisado foi enquadrado em um estágio de raciocínio moral. Ressalto que a avaliação do estágio predominante no julgamento de questões morais é feita por meio de respostas a dilemas morais, no nosso caso o dilema moral é o posicionamento a favor ou contra a eutanásia.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo analisarei e discutirei os resultados parciais obtidos a partir da utilização dos grupos focais.

Os grupos focais, como já dito anteriormente, é um método de coleta de dados que propicia a geração de discussões a respeito de um determinado assunto. A orientação da discussão é feita pelo moderador, que gerência de forma indireta os tópicos que serão discutidos. O grupo focal com o tema eutanásia teve como pergunta inicial qual o conhecimento dos participantes sobre o que é a eutanásia, sem detalhamentos iniciais a respeito do assunto. Alguns participantes demonstraram não ter conhecimento sobre o termo, outros apresentaram ideias confusas, poucos conseguiram definir de forma clara o conceito de eutanásia. Após esse momento inicial os argumentos pró e contra a eutanásia foram apresentados.

6.1 ARGUMENTOS PRÓ E CONTRA A EUTANÁSIA

Após as manifestações pró e contra a eutanásia foi possível construir os *layouts* argumentativos para cada participante da pesquisa. Cada um desses *layouts* foi analisado segundo a taxonomia de Kohlberg para o raciocínio moral, esses *layouts* serão apresentados nos tópicos a seguir. Ressalto que nem todos participantes apresentaram, em suas falas, elementos suficientes para a construção dos *layouts*. De 18 licenciados voluntariados, apenas 15 expuseram em suas falas elementos que possibilitassem a construção argumentativa a partir do *layout* de Toulmin.

6.2 NÍVEL PRÉ-CONVENCIONAL

No nível pré-convencional estão enquadrados os *layouts* dos participantes F14, F30, F32, F34, F35 e F50.

6.2.1 ORIENTAÇÃO PARA A PUNIÇÃO E OBEDIÊNCIA

Neste estágio, a moralidade de um ato é definida em termos de suas consequências para o agente. Se a ação é punida, é considerada moralmente errada, se não for punida, está moralmente correta. "A ordem sócio-moral é definida em termos de status de poder e de possessões ao invés de o ser em termos de igualdade e reciprocidade" (KOLBERG, 1971, p.164).

O *layout* do participante F34 apresenta indícios de um raciocínio moral voltado para orientação de punição e obediência. Composto por dados, alegação e justificativa, o participante defende a realização da eutanásia tanto em consciência quanto em insciência do paciente.

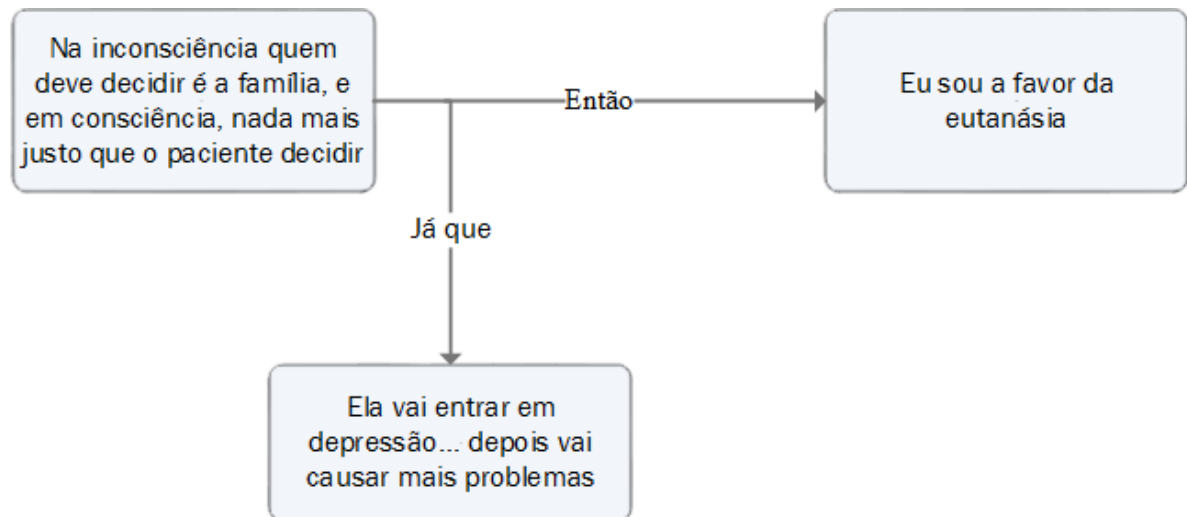


Figura 1 layout argumentativo do participante F34

Em sua garantia “ela vai entrar em depressão... depois vai causar mais problemas” o participante aponta a preocupação com a possibilidade de consequências caso a eutanásia não seja realizada. A punição para o agente nesse caso seria o desenvolvimento da depressão que consequentemente acarretaria outros problemas. Esse fato demonstra a preocupação do participante com as consequências da sua ação para si próprio, a decisão moralmente correta para ele envolve uma decisão que não seja negativa do ponto de vista consequencialista.

6.2.2 HEDONISMO INSTRUMENTAL RELATIVISTA

No estágio do hedonismo instrumental relativista a ação moralmente correta está baseada na satisfação das necessidades pessoas de cada indivíduo. A ação praticada para ser moralmente correta precisa oferecer algum tipo de recompensa individual para quem realiza a ação. Esse estágio é caracterizado por um raciocínio moral egocêntrico que baseia suas ações em interesses individualistas (DUSKA; WHELAN, 1994).

Os *layouts* dos participantes, apresentados a seguir, mostram indícios de raciocínio moral voltado para o estágio do hedonismo instrumental relativista.

O modelo abaixo descreve o argumento do participante F14. Pode-se observar que a fala apresentada demonstra dados de contrariedade a prática da eutanásia, apoiado na alegação referentes ao apego a vida. A justificativa utilizada se baseia na satisfação da necessidade pessoal de não contrariar seus próprios sentimentos. A garantia utilizada “estou preocupado com os meus sentimentos” para justificar sua afirmação, visa o sentimento do seu bem-estar em relação a prática da eutanásia.

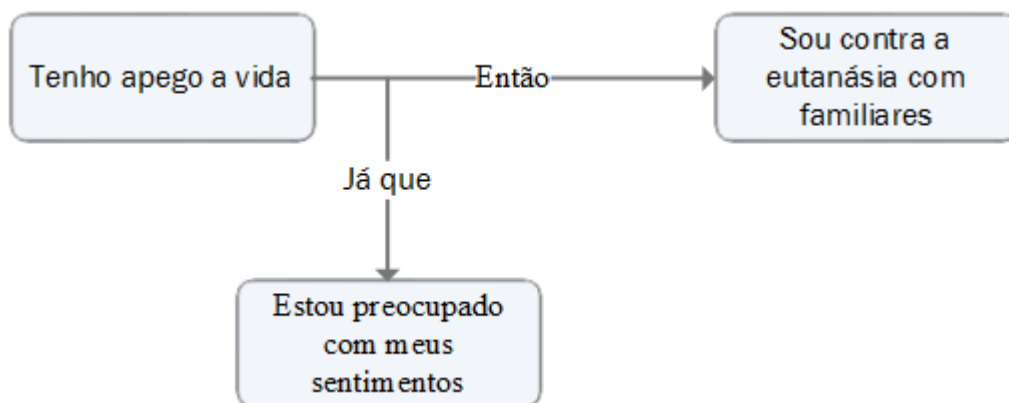


Figura 2: layout argumentativo do participante F14

Quando o participante F14 alega a contrariedade em relação a prática da eutanásia, é evidente que suas preocupações em ser contra ou a favor se resume a forma em que ele se sentirá a respeito da ação praticada. Esse raciocínio se caracteriza como uma moralidade individualista, em que a ação se baseia na satisfação dos próprios interesses (BIAGGIO, 2006).

Argumentos que representam o estágio do hedonismo instrumental relativista apresentam semelhanças com características da teoria comportamental do egoísmo ético. O egoísmo ético é uma das vertentes dos estudos sobre ética que defende que as ações praticadas pelos indivíduos devem buscar o próprio autointeresse. Ele se sustenta no princípio de que cada pessoa age de acordo com a maneira em que irá se sentir (RACHELS; RACHELS, 2003).

O participante F30 em seu *layout* defende ser contrária a prática de eutanásia, justificando que enquanto se está respirando há vida.

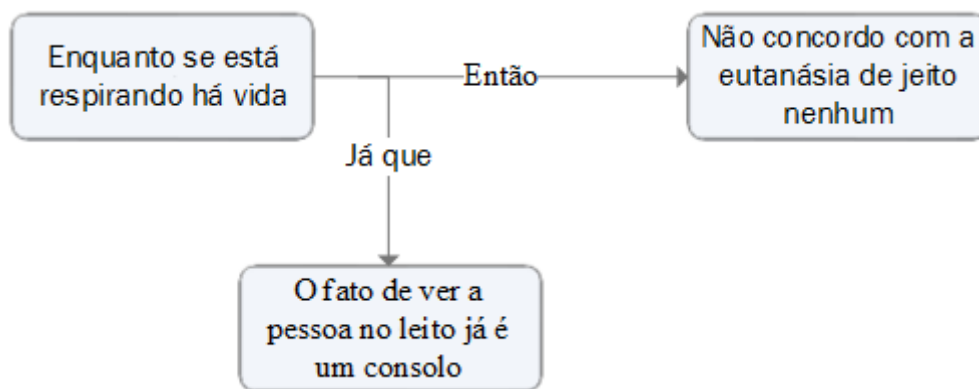


Figura 3: layout argumentativo do participante F30

A garantia do seu argumento “O fato de ver a pessoa no leito já é um consolo” aponta uma evidência que caracteriza o nível de desenvolvimento moral pré-convencional no estágio do hedonismo instrumental relativista. Quando o participante relata que a condição do paciente no leito é um consolo, ele evidencia que sua ação está ligada a condição de satisfação de prazeres individuais. O fato de ver a pessoa no leito ser um consolo nos mostra a preocupação voltada as condições pessoais. Esse raciocínio de moralidade se caracteriza como sendo uma noção rudimentar do que seria o certo, o outro é usado como meio para a satisfação das necessidades dos fins do agente da ação (DUSKA; WHELAN, 1994).

Uma curiosidade presente no argumento do participante F30 é sua definição estabelecida para o conceito de vida. Para ela, o que caracteriza a vida é o ato de respirar. Tanto a concepção de vida como a de morte sofreram mudanças ao longo dos anos. Existiu uma época em que a morte biológica era considerada efetiva quando o coração parava de bater. Com o passar do tempo esse conceito sofreu mudanças, nos dias atuais, com avanço dos conhecimentos científicos e tecnológicos, os estudos que envolvem a medicina permitiram redefinir o momento da morte. O fim da vida é entendido pelo momento em que o cérebro para de funcionar, e não mais aquele momento em que há parada respiratória (PENCE, 2004).

O próximo *layout* descreve o argumento do participante F32.

O participante F32 afirma ser a favor a eutanásia, apoiado na alegação referente a forma em que ele irá se sentir ao ver as condições de sofrimento do paciente caso esse permaneça no leito. Sua alegação dá indicativos de um raciocínio moral pré-convencional, já que ele relaciona a sua ação com a forma em que irá se sentir a partir disso.

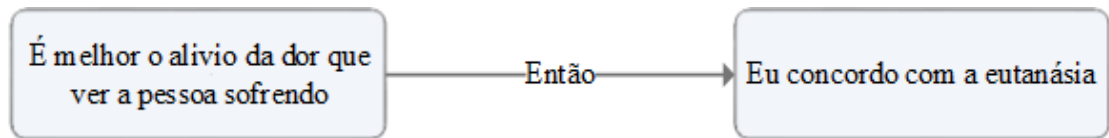


Figura 4: layout argumentativo do participante F32

Em primeira instância o alívio da dor é considerado como sendo uma decisão importante, mas, suas motivações não dizem respeito a uma ação com a finalidade eliminar a dor e a indignidade do paciente, suas motivações são baseadas na forma que os acompanhantes irão se sentir tendo que presenciar o sofrimento do enfermo no leito.

Outro participante F35 se mostra contra a prática da eutanásia.

A sua contrariedade em relação a prática da eutanásia é direcionada a familiares, ou seja, o participante afirma ser contra a realização da eutanásia com seus parentes. A alegação que dá suporte aos seus dados faz menção a dor que a morte de um familiar causaria.

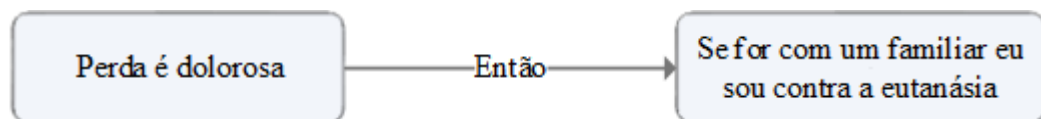


Figura 5: layout argumentativo do participante F35

À medida que o participante justifica sua ação a partir do sentimento que será desenvolvido nele como indivíduo, seu raciocínio moral faz um indicativo para o desenvolvimento de uma orientação baseada em interesses estritamente individualistas.

O próximo participante F50 defende o direito de escolha do paciente em decidir pela prática ou não da eutanásia, ao mesmo tempo em que afirma ser a favor da luta dos familiares para evitar essa ação, justificando que a dor da perda seria pior se a escolha do paciente pela realização da eutanásia fosse aceita pelos familiares sem a tentativa de contraposição.

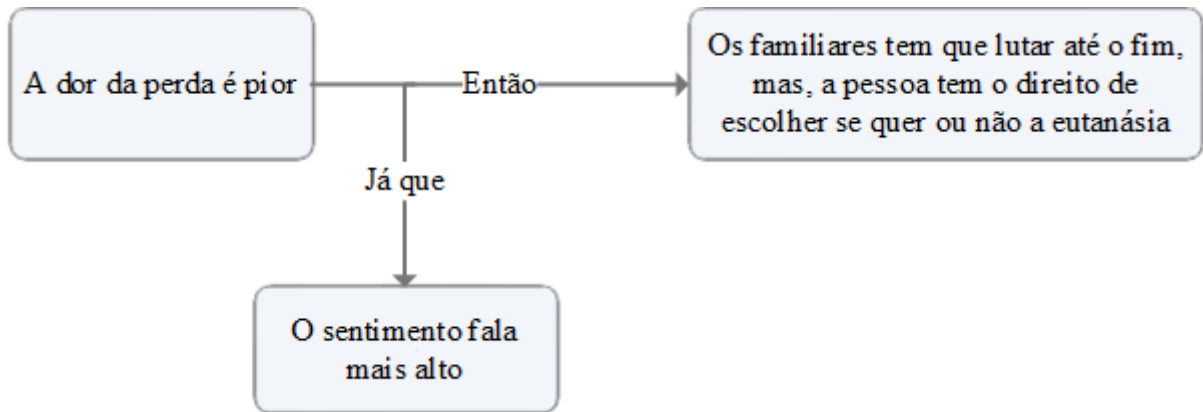


Figura 6: layout argumentativo do participante F50

Todos os layouts enquadrados nessa categoria apresentam raciocínios egocêntricos e individualistas, alguns de forma mais explícita que outros. Ser a favor ou contra a eutanásia para eles é uma decisão que vai de encontro a satisfação das suas necessidades individuais.

6.3 NÍVEL CONVENCIONAL

No nível convencional estão enquadrados os *layouts* dos participantes F39 e F54,

6.3.1 ORIENTAÇÃO PARA LEI E A ORDEM

No estágio de raciocínio moral de orientação para lei e a ordem, a ação moral correta está baseada em regras sociais determinadas por autoridades ou instituições que representem a sociedade. O indivíduo que se orienta a partir do raciocínio moral convencional formula seus juízos morais tendo como referência regras estabelecidas para ordem de um grupo social (BIAGGIO, 1997).

Os *layouts* abaixo descrevem argumentos que apresentam indícios de raciocínio moral do estágio de orientação para lei e a ordem social.

A fala do participante F39 demonstra um posicionamento pró-eutanásia. Os dados apontados em seu argumento dizem respeito a falta de possibilidades com relação a recuperação do paciente, nessas condições seu argumento é justificado de forma que não havendo nenhum tipo de relação social exercida pelo paciente, mantê-lo vivo seria um erro.

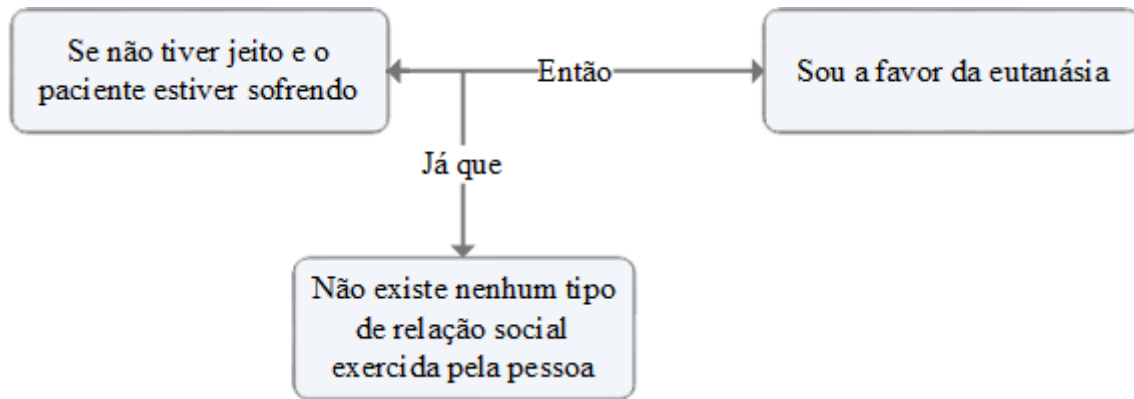


Figura 7: layout argumentativo do participante F39

Esse tipo de justificativa faz menção à orientação para a lei e ordem de uma sociedade. A relação social exercida pelo paciente é apresentada como garantia para alegação feita no argumento. As relações sociais podem ser definidas como relacionamentos entre dois ou mais indivíduos em um grupo social que são responsáveis por formar a base de uma estrutura social. Segundo Weber (1997)

A relação social diz respeito à conduta de múltiplos agentes que se orientam reciprocamente em conformidade com um conteúdo específico do próprio sentido das suas ações. Na ação social, a conduta do agente está orientada significativamente pela conduta de outro ou outros, ao passo que na relação social a conduta de cada qual entre múltiplos agentes envolvidos (que tanto podem ser apenas dois e em presença direta quanto um grande número e sem contato direto entre si no momento da ação) orienta-se por um conteúdo de sentido reciprocamente compartilhado (WEBER, 1997, p.30).

Assim, para Weber as relações sociais são caracterizadas pela conduta de um pequeno ou grande número de indivíduos de uma sociedade, orientado por objetivos em comum. A ação de um ou mais indivíduos de uma sociedade está orientada pelo comportamento de outros, assim, se não existe relação social estabelecida, não existirá também contribuições desse indivíduo para a construção de uma estrutura social.

Outro layout categorizado dentro do estágio raciocínio moral de orientação para lei e a ordem social e do participante F54. Em seu argumento, os dados apresentados fazem menção ao processo natural do ciclo da vida em que a morte é uma das etapas a serem respeitadas dentro do seu tempo natural.

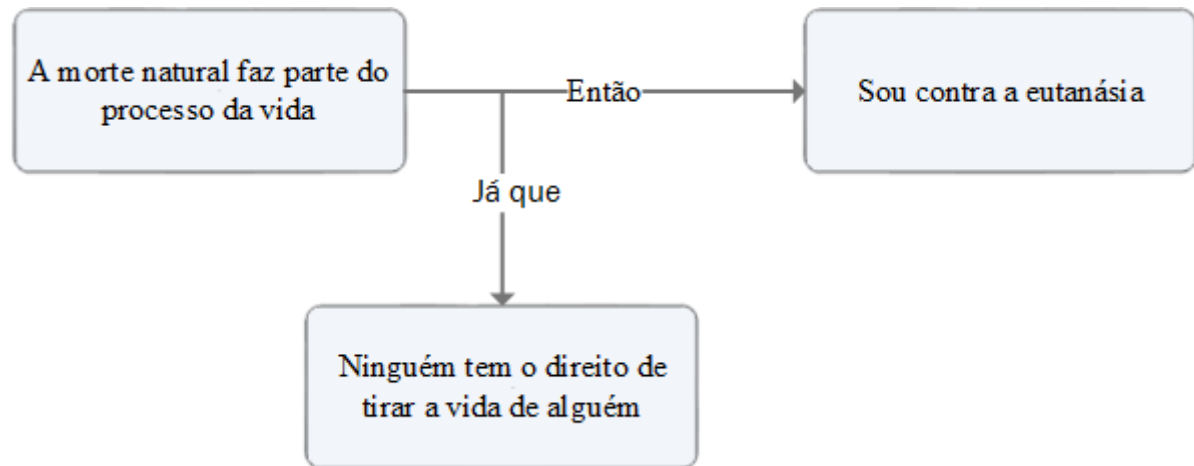


Figura 8: layout argumentativo do participante F54

Sua garantia é baseada no nível de desenvolvimento moral convencional, no estágio de orientação para a lei e a ordem. Quando o participante justifica ser contra a eutanásia devido à ausência do direito de tirar a vida de alguém, ele se refere a uma regra fixa estabelecida para manter a ordem da vida social.

Não matar é uma regra dentro da constituição estabelecida entre as ações do indivíduo e o sistema em que se vive. As decisões tomadas no estágio de orientação para a lei e a ordem não fazem parte de escolhas pessoais de cada indivíduo, e sim, de escolhas que envolvem o todo o sistema social. A ação justa não é mais uma questão de relações entre indivíduos, mas entre o indivíduo e o sistema (BIAGGIO, 1997).

6.4 NÍVEL PÓS-CONVENCIONAL

No nível convencional estão enquadrados os *layouts* dos participantes F06, F26, F29, F33, F36, F56 e M11.

6.4.1 PRINCÍPIOS UNIVERSAIS DA CONSCIÊNCIA

O princípio universal da consciência é o estágio mais alto de raciocínio moral, nesse estágio a ação praticada é estabelecida de acordo com os princípios da consciência individual, sem a existência da influência de fatores externos. Para Kohlberg a maturidade moral do princípio universal da consciência é atingida quando o indivíduo é capaz de entender que a justiça não é a mesma coisa que a lei; e que algumas leis existentes podem ser moralmente erradas e devem, portanto, ser modificadas (BIAGGIO, 1997).

Diferentemente dos níveis anteriores em que o foco era as consequências e motivações do próprio indivíduo ou a manutenção da ordem social a partir de leis, no nível pós-convencional encontramos questionamentos as leis estabelecidas, e as ações vão contra ao julgamento das intenções e consequências que esse raciocínio moral pode provocar.

Os *layouts* abaixo descrevem argumentos que apresentam indícios de raciocínio moral do estágio dos princípios universais da consciência.

O participante F06 em sua alegação argumentativa demonstra um posicionamento a favor a eutanásia, os dados que são apresentados para sustentar sua alegação são baseados em uma reflexão a respeito do processo de sofrimento em que o paciente passa até chegar a decisão da eutanásia.

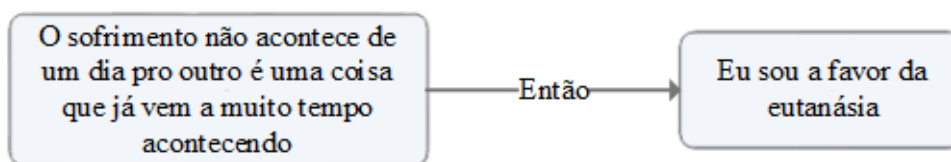


Figura 9: layout argumentativo do participante F06

A medida que o participante F06 demonstra uma percepção a favor da eutanásia, seus dados apontam a presença de princípios estabelecidos a respeito do sofrimento que acomete o paciente que opta pela eutanásia. Seu raciocínio demonstra indício pós-convencional, em que a decisão não se baseia em leis, e sim em princípios morais estabelecidos autonomamente.

Quando ele desenvolve um raciocínio a respeito do tempo e que o paciente vem sofrendo devido as suas condições de saúde, não é levada em conta a legislação vigente no Brasil, que considera a eutanásia um crime, e sim, as condições individuais de sofrimento do paciente.

Outro *layout* descreve o argumento do participante F26.

A sua fala demonstra um raciocínio voltado para a decisão da consciência. No estágio de raciocínio moral do princípio universal da consciência a ação moralmente correta “é definida pela decisão da consciência de acordo com princípios éticos escolhidos autonomicamente e que apelam para complexidade lógica, a universalidade e a consciência” (DUSKA; WHELAN, 1994 p. 86).

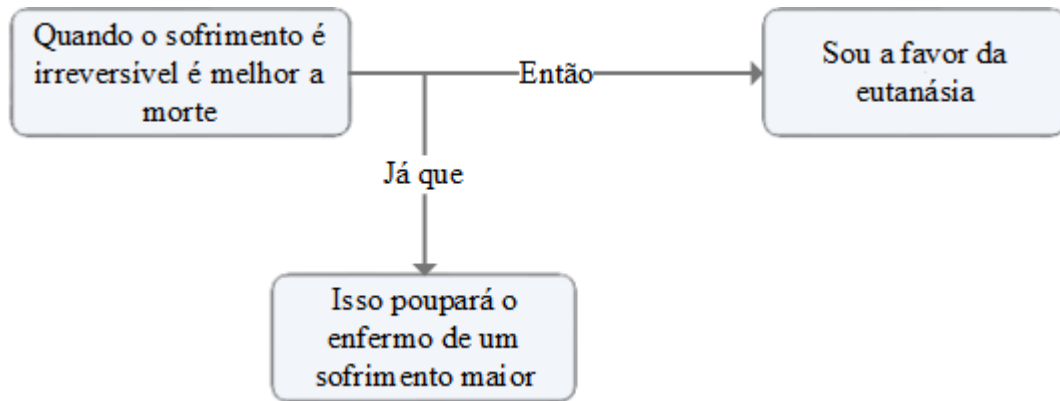


Figura 10: layout argumentativo do participante F26

A complexidade lógica no *layout* argumentativo do participante F26 se volta para uma decisão baseada na racionalidade. Quando participante alega que a prática da eutanásia em casos irreversíveis é a melhor escolha, ele avalia as consequências que seriam desenvolvidas caso sua decisão fosse manter paciente num leito. Ele demonstra ser a favor da eutanásia em casos de doenças terminais em que não existe possibilidades de reabilitação.

As consequências que aponto no layout do participante F26 são diferentes das consequências previstas no raciocínio moral do participante F34 no estágio de orientação para a punição e obediência. Lá as consequências fazem menção ao agente da ação e não ao paciente que está no leito, já no caso do participante F26, o agente demonstra preocupação com as consequências como forma de preservar o enfermo de um sofrimento maior.

O *layout* argumentativo apresentado por F33 se assemelha ao argumento do participante F26.

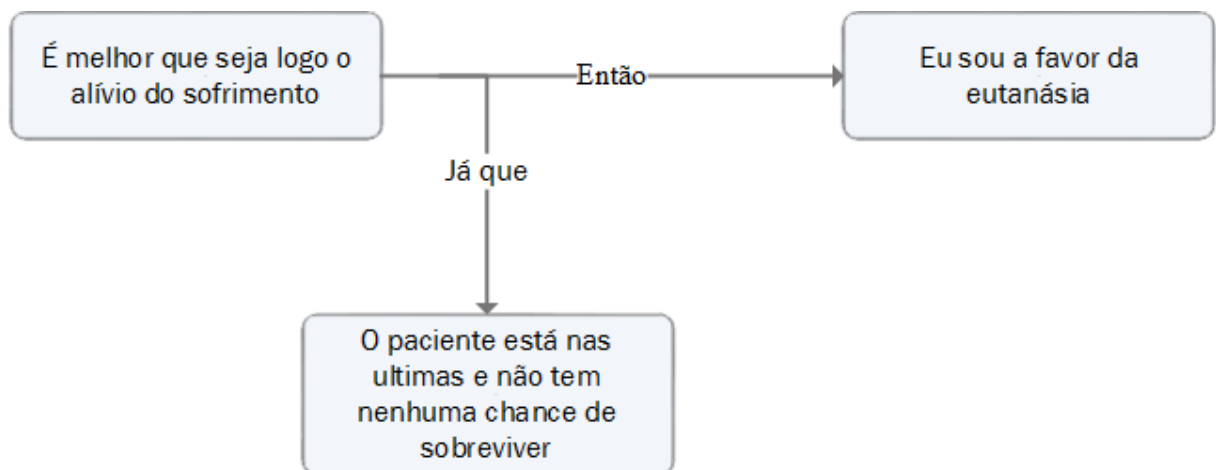


Figura 11: layout argumentativo do participante F33

A semelhança dos *layouts* se apresenta na forma em que o raciocínio moral é desenvolvido, a lógica do raciocínio moral exposto faz com que os participantes defendam a realização da eutanásia. No caso de F33, quando em sua garantia ele afirma a falta da possibilidade de sobrevivência ele reforça a sua alegação do alívio do sofrimento do paciente

O próximo *layout* descreve o argumento do participante F29. O seu argumento apresenta apenas dados e alegação. O participante se diz a favor a eutanásia, defendendo que se é a escolha do paciente ninguém tem o direito de impedir. O seu raciocínio moral defende que não podemos ir contra a autonomia de uma pessoa, ou seja, não é certo privar alguém de decidir a respeito da própria vida, mesmo que isso vá contra as leis existentes.

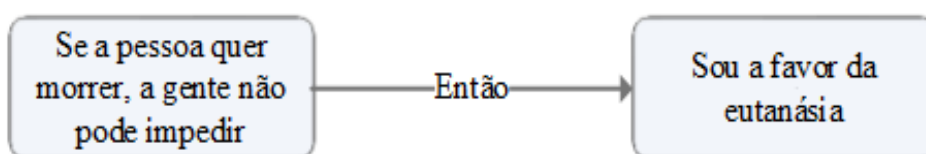


Figura 12: layout argumentativo do participante F29

A autonomia segundo por Beauchamp e Childress (2013) é um termo que adquiriu sentidos muito diversos em sua evolução histórica, autogoverno, direito de liberdade, privacidade, escolha individual, liberdade da vontade, ser o motor do próprio comportamento e pertencer a si mesmo entre outros. Portanto a autonomia não é um conceito de um único significado, sendo necessário o entendimento do contexto em que sua definição está sendo empregada. Os defensores de teorias da autonomia consideram como essencial para uma decisão autônoma, a condição de liberdade. A liberdade nesse sentido diz respeito as condições de tomada de decisão sem influências controladoras que determinem sua ação (BEAUCHAMP; CHILDRESS, 2013).

O próximo *layout* descreve o argumento da participante F36. Seus dados afirmam que se o paciente está sofrendo e a família está ciente desse sofrimento a eutanásia não seria uma prática errada. Em sua garantia, o participante fala que a família pode fazer alguma coisa para tentar evitar a eutanásia, mas que se não existir alternativa a eutanásia seria a melhor ação se não existe chances de sobrevivência. Em sua garantia ele fala também que tem consciência que a prática da eutanásia não é uma coisa certa do ponto de vista legal. Essa afirmação é um indício de raciocínio moral pós-convencional. À medida que indivíduo é capaz de entender que a ação correta não é a mesma coisa prevista pela a lei.

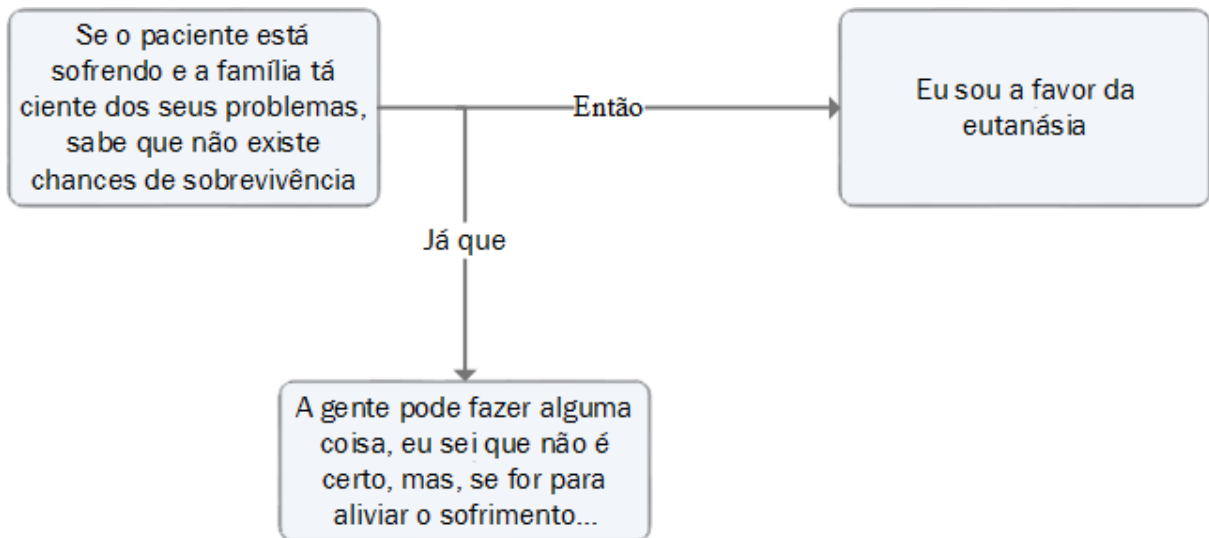


Figura 13: layout argumentativo do participante F36

Outro *layout* descreve o argumento do participante M11. Em sua alegação ele afirma ser a favor da a prática da eutanásia. Aparentemente o seu raciocínio defende a autonomia do paciente em decidir a respeito da própria vida, sua decisão não está ligada a fatores de leis exteriores. No Brasil a lei estabelece que a pratica da eutanásia é ilegal e quando o participante mesmo tendo conhecimento da legislação que rege o país a respeito do tema, opta por ir contra a esse regimento, sua ação apresenta características de um nível mais elevado que as condições de raciocínios convencionais.

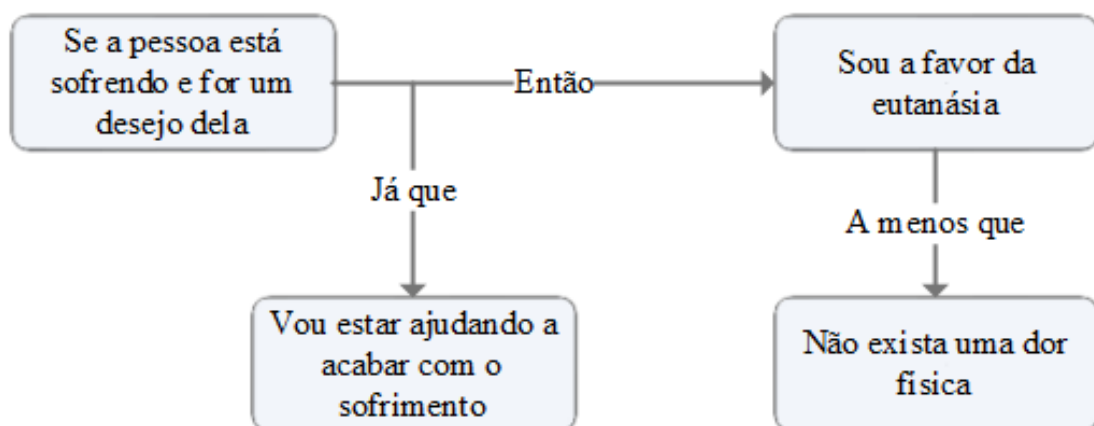


Figura 14: layout argumentativo do participante M11

Apesar do argumento do participante M11 estar categorizada dentro do nível pós-convencional, em sua refutação “não exista uma dor física”, ele limita as condições em que a eutanásia seria aceita. Para ele, as causas das dores que desenvolveram o sofrimento do paciente possuem distinção, dores físicas e psicológicas são tratadas de forma diferente.

Outro *layout* que também limita as condições para a realização da eutanásia é o da participante F56 como podemos ver abaixo.

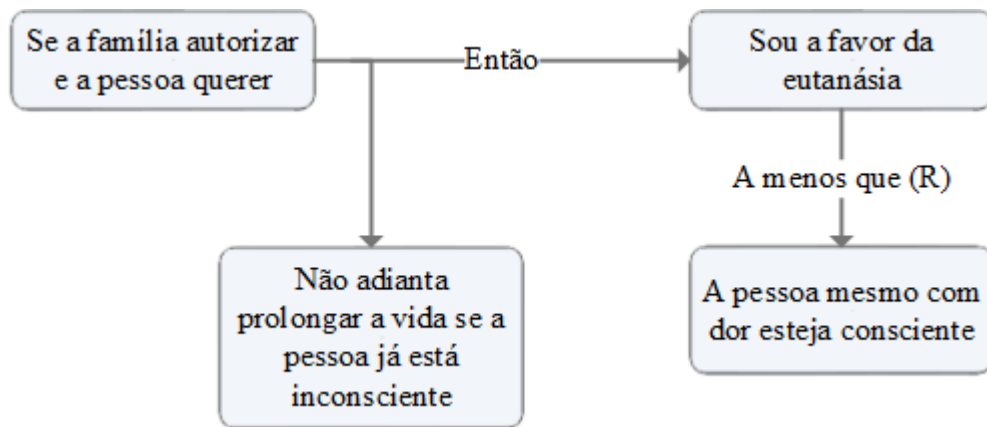


Figura 15: layout argumentativo do participante F56

Sua alegação defende a realização da eutanásia, caso o paciente não estiver em plena consciência. A defesa da prática como no argumento do participante M11 possui limitações decisivas para a tomada de decisão. Para o participante F56 os direitos da autonomia de um paciente são limitados pelo estado de sua consciência ou inconsciência. O termo consciência apresentado pelo participante, se enquadra dentro de uma concepção de senso comum, em que a consciência é a ação de estarem ativo, em capacidade de desenvolver pensamentos, sensações, emoções, memórias, interação com o meio em que você está inserido, e a percepção a respeito do que está acontecendo ao seu redor.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na construção dos *layouts* argumentativos de Toulmin me deparei com algumas dificuldades para construí-los perante a abordagem de contextos reais de discussão, em discussões que envolvem acontecimentos do cotidiano não é fácil identificar o que seja um dado, uma conclusão, uma garantia ou um apoio. Sobre isso, penso que, como um modelo, a proposta de Toulmin pode ser adaptada de maneira a corresponder às necessidades do pesquisador e da pesquisa. Um dos pontos positivos da proposta é a possibilidade de uma nova abordagem da argumentação, perspectiva essa que abandona a lógica formal e se aproxima mais do modo como as pessoas argumentam no dia-a-dia

De forma geral no primeiro momento da análise os *layouts* argumentativos construídos, os participantes apresentaram uma quantidade limitada de elementos dentro do referencial de Toulmin (2006). O padrão argumentativo de Toulmin é reconhecido como um instrumento para a avaliação da solidez de um argumento, quanto maior o número de elementos presentes num raciocínio argumentativo, maior a solidez desse argumento (TOULMIN, 2001).

Na construção argumentativa obtive quatro layouts com dados e alegações, nove com dados, alegações e garantias e apenas dois layouts com dados, alegações, garantias e refutação. As refutações encontradas, ambas foram classificadas como R1, quando o participante vislumbra uma possibilidade na qual a sua argumentação inicial pode ser refutada.

Não apareceram em nenhum dos argumentos elementos como apoio ou qualificador modal, isso pode se dar pela falta de articulação no processo de argumentação, ou até mesmo pela argumentação relativamente curta dos participantes a respeito do tema. Três dos dezoito participantes não apresentaram em sua fala nenhum tipo de argumento possível dentro dos elementos de Toulmin. Com a relação a argumentação, concordo com Kuhn (2010) que afirma que as habilidades argumentativas desenvolvidas em sala de aula podem propiciar o desenvolvimento intelectual do aluno, e que estudos como esses são úteis para aumentar o conhecimento sobre as metodologias e estratégias desenvolvidas no ensino de ciências.

Já no segundo momento em que os *layouts* argumentativos dos raciocínios a respeito do dilema moral apresentado foram situados os estágios do raciocínio moral das categorias de Kohlberg, obtive esquemas claros, em que os elementos argumentativos indicavam de maneira explícita indícios para sua categorização, mas também, tive esquemas que apresentaram um grau maior de dificuldade para sua categorização. As interpretações desses raciocínios demandaram um nível maior de reflexão.

Observei que Kohlberg divide a autonomia e heteronomia proposta nos estudos de Piaget em seis estágios. Os quatro primeiros: orientação para a punição e obediência, hedonismo instrumental relativista, moralidade do bom garoto, orientação para a lei e a ordem corresponde ao estágio de heteronomia e os dois últimos: orientação para o contrato social e princípios universais de consciência correspondem ao estágio de autonomia. A heteronomia é o estágio que se caracteriza por dar ênfase as intenções punitivas que se baseiam na autoridade, em um raciocínio moral externo, imposto por autoridade e a autonomia é basicamente a consciência individual (BIAGGIO, 2006).

Na categorização dos *layouts* apresentados, obtive raciocínios morais dos estágios orientação para punição e obediência, hedonismo instrumental relativista, orientação para lei e ordem e princípios universais da consciência. Apesar da diversidade de raciocínios morais nos *layouts* argumentativos, é perceptível a predominância dos níveis de raciocínio moral pré-convencional e pós-convencional, o que nos mostra que poucas pessoas se baseiam em leis para formar seus raciocínios morais no processo de tomada de decisão a respeito da realização da eutanásia.

Segundo Kohlber (1997) uma vez uma pessoa é identificada em um estágio de desenvolvimento moral, essa pessoa estará nele independentemente da situação, mas será que mudando a proposta em discussão, essas pessoas não poderiam desenvolver raciocínios morais diferentes dos raciocínios iniciais? Essas reflexões indicam a necessidade do desenvolvimento de pesquisas que busquem compreender melhor se os níveis morais nos indivíduos realmente são universais quando se trata de diferentes dilemas morais.

Outra observação relevante é a presença de indícios que caracterizam que além do nível de desenvolvimento moral que essas pessoas estão inseridas, podem existir outros fatores de ordem emocional que influenciam no momento da produção argumentativa. Isso pode se dar pelo fato de o tema estar relacionado a valores de ordem pessoal do indivíduo.

Finalizando, penso que a discussão de questões sociocientíficas em sala de aula é importante para o desenvolvimento da argumentação e para a criação de um contexto para o aprendizado de conteúdo científico. Como também, essas questões possuem um potencial considerável para o desenvolvimento em torno da tomada de decisão e o aumento da criticidade dos alunos a respeito de temas que permeiam o cenário social. Para que a discussão de questões sociocientíficas, a argumentação e questões éticas e morais sejam levadas para a educação básica é importante que os professores durante seu processo de formação tenham acesso a disciplinas que estimulem o desenvolvimento do entendimento da importância de discussões baseadas em problemas atuais da bioética.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUCHAP, T. L.; CHILDRESS, J. F. **Princípios de ética biomédica**. São Paulo: Edições Loyola, 2002. 574p.

BIAGGIO, A. M. B. **Lawrence Kohlberg: ética e educação moral**. São Paulo: Editora Moderna. 2006, 144p.

BIAGGIO, A. M. B.; VARGAS, G. A. O.; MONTEIRO, J. K.; SOUZA, L. K.; TESCHE, S. L. Promoção de atitudes ambientais favoráveis através de debates de dilemas ecológicos. **Estudos de Psicologia**, v. 4, n. 2, p. 221-238. 1999.

BORTOLETO, A; CARVALHO, L. P. Temas sociocientíficos: análise dos processos argumentativos no contexto escolar. *In*: CARVALHO, L. M. O.; CARVALHO, W. L. P. **Formação de professores e questões sociocientíficas no ensino de ciências**. São Paulo: Escrituras Editora. 2012, 397p.

BRASIL. 1940. **Lei de nº2.848** de 7 de dezembro de 1940. Código Penal.

BRASIL. 1996. **Projeto de lei do Senado nº 125** de 1996.

CAPECCHI, M. C. M. Argumentação numa aula de física. *In*. CARVALHO, A. M. P. (Org) **Ensino de ciências: unindo a pesquisa e a prática**. São Paulo: PioneiraThomson Learning, 2006. p. 59-76.

CARVALHO, L. M. O.; CARVALHO, W. L. P. **Formação de professores e questões sociocientíficas no ensino de ciências**. São Paulo: Escrituras Editora, 2012. 399p.

CARVALHO, W. L. P.; NARDI, R.; GUIMARÃES, M. A. Development of teachers' argumentation through debates about controversial issues. *In*: EUROPEAN SCIENCE EDUCATION RESEARCH ASSOCIATION, 2007, MALMO - SUÉCIA. **ESERA CONFERENCE 2007 - PROCEEDINGS**. Malmo : Malmo university, 2007. v. 1.

COHN, G. **Weber**: Sociologia. São Paulo: Ática. 1997. 30p

CASTRO, Mariana Parreiras Reis et al. Eutanásia e suicídio assistido em países ocidentais: revisão sistemática. **Revista Bioética**, v. 24, n. 2, p. 355-367, 2016.

CHIARO, S.; LEITÃO, S. O papel do professor na construção discursiva da argumentação em sala de aula. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 18, n. 3, p. 350-357. 2005.

DURKHEIM, E. **A educação moral**. Petrópolis: Vozes, 2008. 272p.

DWORKIN, Ronald. **Domínio da vida**: aborto, eutanásia e liberdades individuais. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009. 362p.

FLEMING, R. Adolescent Reasoning in Socio-Scientific Issues Part II: Nonsocial Cognition. **Journal of Research in Science Teaching**, v. 23, n. 8, p. 689–698, nov. 1986b.

FLEMING, R. Adolescent Reasoning in Socio-Scientific Issues, Part I: Social Cognition. **Journal of Research in Science Teaching**, v. 23, n. 8, p. 677–687, 1986a.

GRACIA, D. **História de la eutanásia**, in Gafo, Xavier (ed.). La eutanásia e el arte de morir – Dilemas éticos de la medicina actual. Madrid: Universidad Pontificia Comillas, 1990, p. 13-20.

GUIMARÃES, M. A. **Raciocínio informal e a discussão de questões sociocientíficas: o exemplo das células-tronco humanas**. Bauru: Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2011.

GUIMARÃES, M. A.; CARVALHO, W. L. P. Contribuições do ensino de ciências para o raciocínio moral. **Educação Unisinos**, v. 13, n. 2, p. 162-168, 2009.

KOHLBERG, L.; HERSH, R. H. Moral development: a review of the theory. **Teoria em prática**, v. 16, n. 2, p 53-59. 1977.

KUHN, D. Teaching and learning science as argument. **Science Education**, v. 94, n. 5, p.810-824, 2010.

KUHN, D. **The skills of argument**. Cambridge, UK: Cambridge University Press. 1991. 324p.

LA TAILLE, Y. **Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas**. Porto Alegre: Artmed. 2006. 192p.

LEITÃO, S. Processos de construção do conhecimento: a argumentação em foco. **Pro-Posições**, v. 18, n. 3, p. 75-92, 2007.

MAO, F. Cientista de 104 anos morre na Suíça após jornada de 10 mil km em busca do suicídio assistido. **BBC News**. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-43958624>> Acessado em setembro de 2018.

MARTON, S. Uma questão de vida ou morte: A filosofia de Nietzsche e o problema da eutanásia. **Hypnos**, n. 9 p. 120-134, 2002.

MINAHIM, Maria Auxiliadora de. **Direito penal e biotecnologia**. Editora Revista dos Tribunais, 2005.

MORGAN, D. L. Focus Groups. **Annual Review of Sociology**, v. 22, p. 129-152. 1996.

NARDI, J. C. C; RAZERA, R. Ética no ensino de ciências: responsabilidades e compromissos com a evolução moral da criança nas discussões de assuntos controvertidos. **Investigações em Ensino de Ciências**. v.11, n. 1, p. 53-66, 2006.

OLIVEIRA, A. C. A Sombra Nazista sobre o Debate em Relação à Eutanásia. **Revista de Filosofia da Região Amazônica**. v. 2, n. 1, p. 30 - 38, 2015.

OSBORNE, J; PATTERSON, A. A Scientific Argument and Explanation: A Necessary Distinction? **Science Education**, v. 95, p. 627-638, 2011.

PENCE, G. H. **Classic cases in medical ethics: accounts of cases that have shaped medical ethics, with philosophical, legal, and historical backgrounds**. New York: McGraw Hill. 2004. 528p.

PÉREZ, L. F. M.; CARVALHO, W. L. P. Contribuições e dificuldades da abordagem de questões sociocientíficas na prática de professores de ciências. **Educação e Pesquisa**. v. 38, n. 3, p. 727-741, 2012.

PESSINI, L. A eutanásia na visão das grandes religiões mundiais. **Revista do conselho federal de medicina**, n. 1, v. 7, 1999.

PESSINI, Leo. **Eutanásia: por que abreviar a vida?** São Paulo: Centro Universitário São Camilo; São Paulo: Loyola, 2004. p. 375.

POZO, J. I.; CRESPO, M. A. G. **A aprendizagem e o ensino de ciências**. Porto Alegre: Artmed. 2009. 296p

RACHELS, J.; RACHELS, R. **Os elementos da filosofia moral**. 7ª. Ed. Porto Alegre: AMGH, 2013. 208 p.

RATCLIFFE, M. Pupil decision-making about socio-scientific issues within the science curriculum. **International Journal of Science Education**, v. 19, n. 2, p. 167–182, 1997.

RATCLIFFE, M.; GRACE, M. **Science education for citizenship: teaching socio-scientific issues**. Philadelphia: Open University Press, 2003. 178 p.

RICHARD, H. **Eutanasia, ethics and the law from conflict to compromise**. New York: Routledge-Cavendish. 2007.

SÀ, L, P; QUEIROZ, S, L. Argumentação no ensino de ciências: contexto brasileiro. **Revista Ensaio**. Belo Horizonte, v.13, n.02, p.13-30, 2011.

SÀ, L, P; QUEIROZ, S, L. Promovendo a argumentação no ensino superior de química. **Química nova**. v. 30, n. 8, p.2035-2042, 2007.

SÀ, M, F, F; MOUREIRA, D, L. **Autonomia para morrer** Eutanásia, suicídio assistido, diretivas antecipadas de vontade e cuidados paliativos. 2ª. Ed. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2015. 218 p.

SADLER, T. D. Promoting discourse and argumentation in science teacher education.

Journal of Science Teacher Education, v. 17, n. 4, p. 323-346. 2006.

SADLER, T. D.; ZEIDLER, D. L. The Morality of Socioscientific Issues: Construal and

Resolution of Genetic Engineering Dilemmas. **Science Education**, v. 88, n. 1, p. 4-27, 2004.

SANTOS, M. C. C. L. **Transplante de órgãos e eutanásia: liberdade e responsabilidade.**

São Paulo: Saraiva, 1992.

SANTOS. W. L. P; MORTIMER. E. F. Tomada de decisão para ação social responsável no

ensino de ciências. **Revista Ciência e Educação**, v.7, n.1, p. 95-111, 2001.

SANTOS. W. L. P; MORTIMER. E. F.; SCOTT, P. H. A argumentação em discussões sócio-científicas: Reflexões a partir de um estudo de caso. **Revista Brasileira de Pesquisa em**

Educação em Ciências, v.1, n.1. p. 1-13. 2001.

SASSERON, L, H. Alfabetização científica, ensino por investigação e argumentação:

relações entre ciências da natureza e escola. **Revista Ensaio**. Belo Horizonte, v.17, p. 49-67, 2015.

SASSERON, L. H.; CARVALHO, A. M. P. Construindo argumentação na sala de aula: a presença do ciclo argumentativo, os indicadores de alfabetização científica e o padrão de

Toulmin. **Ciência e Educação**, São Paulo, v.17, n. 1, p. 97-114, 2011.

SASSERON,, L, H; CARVALHO, A, M, P. A construção de argumentos em aulas de

ciências: o papel dos dados, evidências e variáveis no estabelecimento de justificativas.

Ciência e Educação. Bauru, v. 20, n. 2, p. 393-410, 2014.

SINGER, P. **Ética Prática**. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 412 p.

SIQUEIRA-BATISTA, R; SCHRAMM, F. R. Conversações sobre a “boa morte”: o debate

bioético acerca da eutanásia. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, n. 1, p. 111-119, 2005.

STEWART, D. W.; SHAMDASANI, P. N.; ROOK, D. W. **Focus Groups: Theory and**

practice. California: Sage Publications. 2006, 232 p.

VAN EEMEREN, F. H.; GROOTENDORST, R. **A systematic theory of argumentation: the pragma-dialectical approach**. New York: Cambridge University Press. 2004. 215p.

VIEIRA, R. D.; NASCIMENTO, S. S. **A argumentação no ensino de ciências tendências, práticas e metodologia de análise**. Curitiba: Appris, 2013.

WALTON, D. N. **Lógica Informal**. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 410p.

WESSEL, M. R. **Science and conscience**. New York: Columbia University Press, 1980.

ZEIDLER, D. L.; SADLER, T. D.; SIMMONS, M. L.; HOWES, E. V. Beyond STS: A Research-Based Framework for Socioscientific Issues Education. **Science Education**, v. 89, n. 3, p. 357–377, 2005.

9 APÊNDICES

9.1 TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu, _____, RG _____ e
idade de _____ anos, declaro concordar em participar do grupo focal sobre "Eutanásia"
a ser realizado na sala de reuniões do Departamento de Biociências pelo Prof. Márcio Andrei
Guimarães no intuito de obter informações para pesquisa de mestrado. Declaro ainda estar
ciente de que a discussão será gravada em áudio e vídeo. Declaro estar ciente de poder desistir
de participar das discussões a qualquer momento, se assim eu desejar.

Itabaiana, SE

9.2 TRANSCRIÇÃO DO GRUPO FOCAL I (EXCERTO)

Entrevistador: O que vocês sabem sobre o termo Eutanásia?

F35: Eu já ouvi falar... Eu não estou lembrada agora... É tipo uma associação que tá ligado assim... O que eu ouvi a respeito... É sobre os hospitais que uma pessoa já está no estágio terminal ai desliga o equipamento... O aparelho... Matar a pessoa. Tinha até um tempo atrás... Passou uma mulher que foi presa... Uma médica... Que fazia parte da Eutanásia... Só sei isso.

Entrevistador

E você?

F39

É isso que todo mundo sabe, que procuram os hospitais, procuram a família para consentir que desligue os aparelhos... Já que ele está no estágio terminal e a pessoa morre.

Entrevistador

E você F26?

F26

Também... Eu não estou lembrado de eutanásia... Mas é basicamente isso... Que até foi o caso aqui né... A mulher no Brasil conveniada com a eutanásia... Então deve ser isso... Que ela estava... Aí eu sei que tinha um negócio de paramédico [F56: eu vi quando passou no jornal] ela trata até com frieza... Então disseram que era como se fosse eutanásia.

Entrevistador

Bom... O significado da palavra é morte feliz ou morte boa... Acho que morte boa é o melhor termo... Aí como se realiza a eutanásia? Em geral... Você tem a seguinte situação... Uma pessoa tá sofrendo ou tá sentindo muita dor... Tá passando muito mal... Ela pede para que seja morta... Ela já está em estado terminal... Então pedi para morrer mais rápido por que ela sabe que vai morrer de qualquer jeito... Ou pode tá com algum outro tipo de problema... Não de dor física, mais dor psicológica... Tipo... O cara perdeu perna... Perdeu braço... Ficou tetraplégico... E ele acha que viver daquele jeito não tem sentido e ele pede para morrer... É o que acontece, por exemplo, naquele filme a menina de ouro? Tem uma lutadora de Box que quebra a medula cervical... E ela fica tetraplégica e não consegue fazer mais nada... Aí ela pede para morrer... Quem vai matar essa pessoa... Tá praticando eutanásia... Ou seja... A morte boa... Que é uma morte pra aliviar o sofrimento na pessoa que tá sentindo muita dor ou tá com os dias contados por que ela está no estágio terminal por uma doença... Aí se você vai lá e mata a pessoa... Você praticou eutanásia ativa... Se você só desliga o aparelho pra ela morrer... Aí você pratica eutanásia passiva... Qualquer uma das coisas que você fizer... Aí tem outra coisa que também é muito comum... Que se chama suicídio assistido... Vocês já ouviram falar? Suicídio assistido é diferente pelo seguinte... Você dá opção pra pessoa e ela pode morrer ou não... Ela é que vai decidir... Por exemplo... Há... O cara tá com uma doença terminal e quer morrer de qualquer jeito... Ele acha que a vida dele não tem sentido e ai ele pede pra você ajudar... Você traz um veneno bem forte pra mim que eu vou tomar... Aí você

vai e leva o veneno pra pessoa... Um revolver... Uma faca... Sei lá... Você faz alguma coisa pra ela... E aí ela é quem vai decidir se ela toma aquele veneno... Ou dá um tiro na cabeça ou que quer que seja ou não... Então é diferente por que a pessoa tem opção de escolher se quer morrer ou não... Por isso que é chamado de suicídio assistido... No Brasil... Em qualquer um dos casos... Principalmente na eutanásia é crime... O Brasil não autoriza eutanásia de jeito nenhum, no mundo inteiro poucos países autorizam... Entre eles são países Europeus... Como Bélgica... Holanda... Os países em geral que não aceitam são países que tem o cristianismo muito forte... Então o Brasil dificilmente você vai ter uma lei que aprove a eutanásia... Fica claro pra vocês o que é eutanásia? Então esse caso da mulher que... Que desliga... É eutanásia ou não é eutanásia? Essa que ficou presa aí.

F26

É... Por que ela fazia escondido... Ninguém pedia a ela.

Entrevistador

Então... Mais é eutanásia?

F14

Aí já é crime [risos].

Entrevistador

É que a eutanásia é uma coisa que você faz por piedade né... No caso da pessoa pedi você vai e desliga... Então em geral quem pratica eutanásia pode-se dizer que tem um fundo de bondade de aliviar o sofrimento... No caso dessa médica ela cometeu homicídio mesmo... Se bem pra lei brasileira não tem diferença entre uma coisa e outra... Mas no ponto de vista mais abrangente não... Ela praticou homicídio... Então ela é pra ser qualificada como assassina... Enfim... Tem muitas pessoas que nem eram terminais né [F35 era tipo... eles matava mesmo] matava várias pessoas... Marquei a seguinte questão... Imagina uma pessoa... E ela tá com uma doença... Câncer terminal... Não sei se vocês sabem... Mais quando uma pessoa tá nos últimos estágios do câncer... As células cancerígenas se espalham pelo corpo todo a dor é muito grande... Então você tem casos de, por exemplo, você dá morfina pra pessoa e a morfina não fazer efeito... E aí algumas pessoas pedem pra... Ter a vida aliviada... Pede pra morrer... E aí o que é que vocês acham disso? F14 você?

F14

Há eu não sei... Eu não sei... Não faço a mínima ideia... Se eu pedia para morrer assim.

Entrevistador

Não... Mais uma pessoa que peça.

F14

Eu não teria coragem não de... De matar a pessoa mesmo ela pedindo... Sei não... Não saberia o que fazer.

Entrevistador

Eu vou voltar essa pergunta pra você... E você F55?

F55

Eu não tenho coragem não.

Entrevistador

A pergunta é assim... A pessoa tem o direito de decidir quando ela deve parar de viver?

F26

Se a pessoa tem... Ela pode né não?

Entrevistador

Por quê?

F26

Por que... No caso essa pessoa que tá com esse problema... Tá sofrendo muito com uma dor muito forte... Sabe que ali não tem jeito mais... Né melhor já ir... Sabe que vai viajar pro outro mundo... Só vai adiantar, mas vai de qualquer jeito... Então pra que deixar essa pessoa permanecer sozinho com essa dor... Eu acho certo.

Entrevistador

E aí? O que vocês acham disso que F26 falou? Vamos começar por você.

F14

Eu não sei... Por um lado tem o direito de ela fazer o que quer da vida e por outro [F35 e é da vida também né... tá sofrendo muito] e a pessoa também [áudio confuso] [F55 mais não tem jeito] [F26 por que mesmo ela lá sofrendo... quem tá com ela... a família tá sofrendo junto].

F35

Mas é assim um caso que eu presencio direto, tem uma mulher que ela tá com mal de Alzheimer já no estágio terminal... Só deitada na cama de boca aberta, só faz gemer, mas pros filhos é ótima a mãe tá ali presente mesmo um alternando com outro pra ficar com ela cuidando... É muito bom pros filhos ter a mãe perto, eu acho que ficaria difícil... Mesmo ela assim sem ter a noção se quer morrer ou não... Os filhos fazem de tudo pra que ela fique ali na boa... Eu acho que é difícil [F14 a gente não tá acostumado a perder] é... Então... O problema é esse... Sabe o que espera pra ela... mais não quer ver ela enterrada [F26 tá em casa é?] tá em casa [F26 se tivesse no hospital João Alves eles teriam a mesma sensação de ver ela lá largada] mas se você vê ela é tão bem tratada, tem a sonda... Você só vê assim que ela já está no final... Final mesmo... É impressionante.

Entrevistador

Sim... E no caso canceroso que a pessoa está com dor?

F35

Se fosse um caso em minha família assim... Eu não queria não... Sei lá a perda é tão dolorosa [F26 não vai ser uma decisão da família... depois que você vê a pessoa sofrer tanto ali no

hospital] [F55 pra mim a pessoa tá sofrendo ela não tá vivendo mais] [F26 então... e você sabe que um câncer não é. Não vai melhorar... a tendência é piorar].

Entrevistador

E você F26 o que você estava falando?

F26

Por que assim né... A eu perdi o raciocínio né... Há no caso de um câncer... Eu não lembro mais nada [risos].

F14

Ela disse que a pessoa tá assim e sabe que não tem mais jeito... Tá sofrendo... Aí essa completou... É pra quem tá sentindo tanta dor.

F26

Por que essa pessoa que tá com esse câncer... Ela tá sofrendo... Tem cura? Tem como melhorar? A tendência é piorar? Ai se você tá ali presenciando aquilo ali com a pessoa... Você sabe que o melhor da pessoa é descansar... Não adianta você tá ali que não vai ter jeito... Só para ocasionar mais sofrimento.

F14

Se for uma pessoa que nem eu na família... Por exemplo... Eu já mais tomaria a decisão de dizer... Pratica a eutanásia... Jamais... Mesmo nessa situação... Por que eu não sei... Tenho apego à vida que é incrível... Eu jamais... Entendeu... Jamais ia saber que era melhor para descansar... Mesmo sabendo que merece o descanso... Eu concordo com tudo que ela falou... Mais eu jamais tomaria essa decisão.

Entrevistador

Mesmo a pessoa te pedindo?

F14

Mesmo a pessoa me pedindo... Jamais... Jamais [F30 concordo também] [Entrevistador você não faria também F30?] [F30 acho que não] e depois como é que eu ia ficar... Eu que tomei a decisão de matar... Como é que eu ia ficar [F26 mais você não matou... você deu um descanso a ela... você fez uma bondade praquela pessoa].

Entrevistador

E você F56?

F56

Eu também assim... Se fosse pra eu desligar os aparelhos... Não teria coragem... Mais se a pessoa não quer viver fazer o que.

Entrevistador

Mesmo se fosse um parente seu?

F56

Eu não faria não também... Assim de ir lá e desligar...

Entrevistador

Não... Mais você não desliga... Você só fala se pode ou não.

F56

Há... Não se for lá rapidinho... Então... Nem sei Entrevistador... É uma situação difícil.

Entrevistador

E você?

F39

É por que quando acontece com alguém da família da gente a coisa muda né? É mais fácil a gente dizer pra uma pessoa de fora... Não pode desligar... Quando acontece com a gente... A gente fica sem chão para fazer eutanásia [F14 sempre tem esperança... que a dor vai passar um pouquinho] mais por outro lado pra quem tá acompanhando uma pessoa com câncer terminal... Vendo a pessoa sofrendo daquele jeito... Um sofrimento grande também.

Entrevistador

E aí... O que fazer?

F14

Orar... É o que eu sei fazer essas horas [F30 o que fazer é esperar].

Entrevistador

E você F30... Você percebeu que a gente tá falando de eutanásia? Você sabe o que é eutanásia?

F30

Sei sim.

Entrevistador

E aí?

F30

Eu não queria fazer não... Não concordaria de jeito nenhum... Enquanto tá respirando... Há vida... Eu sei que pode não ter uma esperança... Mas ir até o dia que pode... Até o dia que der certo.

9.3 TRANSCRIÇÃO DO GRUPO FOCAL II (EXCERTO)

Entrevistador

Vocês já ouviram falar de eutanásia?

F54

Já.

F29

Já.

M11

Já ouvi falar, mas não estou lembrado não [risos].

F06

Eu também não.

Entrevistador

Então vamos começar F06 o que você acha que é eutanásia?

F06

Não faço a mínima ideia... É uma doença?

Entrevistador

Uma doença... E você?

F42

Há... Eu acho que é uma doença também.

Entrevistador

M11?

M11

Não estou lembrado não... Para ser sincero.

Entrevistador

Mas você já ouviu falar?

M11

Já ouvi falar... Agora deu uma amnésia aqui... Mas acho que uma doença.

F54

É quando uma pessoa tá lá... E tem que desligar os aparelhos... É uma coisa desse tipo.

F29

É isso mesmo... A pessoa tá lá doente vegetando e a família manda desligar os aparelhos [F54 tem que tomar uma decisão] a eutanásia aqui no Brasil é proibida.

Entrevistador

Então... Como F29 falou no Brasil a eutanásia é proibida... Se você pratica eutanásia você tá cometendo um crime de homicídio... Ele vai ser penalizado entendeu... Por que a pessoa normalmente pediu pra morrer... É igual quando você mata no calor da emoção... Você matou... Mais a sua pena vai ser menor por que vai ser no calor da emoção [M11 reduzida] é diferente que quando é premeditado.

F54

Aqui no Brasil teve um caso... Teve um caso não... Teve vários com uma médica... Não sei se [M11 foi a Santa Catarina?] foi uma médica que foi condenada... mas ela já tá solta que... tinha pacientes no estágio terminal aí ela ia e desligava... Mandava e desligava os aparelhos [M11 ela ia e mudava os remédios né?] era.

F29

Mudava o remédio... Diminua a dosagem.

Entrevistador

Eu não me lembro exatamente qual caso foi... Mais teve um caso que a pessoa praticava... Ela matava as pessoas mais era para desocupar leitos [F54 é isso mesmo] é que as pessoas eram pobres... Eram do SUS... Então ela queria desocupar as vagas para pacientes particulares... Nos Estados Unidos teve um caso famoso que virou até filme cara... O cara era chamado de doutor morte... Ele era um enfermeiro e quando ele via que tinha pacientes terminais no hospital ele ia no quarto e matava as pessoas... Injetava substâncias letais no tubinho da sonda pra pessoa morrer... E matou muita gente... No final se eu não me engano ele também morreu de uma maneira parecida com a que ele matava... Por que ele defendia que quem estava sofrendo e que era terminal não podia ficar sofrendo... Era melhor perder a vida. Então o termo eutanásia tem a tradução que é originária de uma palavra grega que significa boa morte... Ou morte boa [M11 de boa não tem nada] nos países permitidos... por exemplo a Dinamarca... Bélgica... Holanda... Esses países Europeus onde a influência religiosa é menor... Principalmente influência Cristã... Eles aceitam com mais facilidade do que, por exemplo, na América Latina onde você tem uma influência Cristã muito grande e nos Estados Unidos onde a influência... Principalmente... Protestante é muito grande... aí o que é que acontece? Se a pessoa tá com um sofrimento muito grande... E sentindo muita dor por conta de uma doença terminal ou uma doença incurável ela pode solicitar que alguém abrevie sua vida, ou seja, que alguém a mate... Aí essa morte pode ser de várias maneiras... Ela pode ser... Você injetar alguma coisa na pessoa pra ela morrer... Você pode colocar uma substância letal... Isso é chamado de eutanásia ativa por que você realmente foi lá e matou a pessoa... Tem outro tipo que você nem encosta na pessoa... Você desliga o equipamento de suporte a vida... Como respirador... O aparelho que leva a comida pra pessoa... Se vai lá e desligou... Desligou a pessoa vai morrer... Ela só sobrevive se tiver ligado os aparelhos, nesse caso você também tá praticando eutanásia... Só que eutanásia passiva por que você não matou diretamente a

pessoa... Você desligou o equipamento de suporte a vida e a pessoa morreu... E aí tem outra coisa que não é eutanásia, mas é bem ligado a ela que se chama suicídio assistido, vocês já ouviram falar? [M11 suicídio assistido?] Sim, suicídio assistido... Bem, o suicídio é quando a pessoa se mata... O suicídio assistido é quando a pessoa é ajudada por alguém a morrer... Exemplo, um cara tá num hospital ou ele tá sentindo dor ou ele tá com uma doença terminal e sabe que vai morrer e aí pede pra alguém ajudar a morrer, aí o outro pergunta assim... O que você quer que eu faça? Há... Traz um copo de veneno e deixa aqui do meu lado... Ou deixa uma arma aqui do meu lado que aí eu mesmo faço... aí você vai lá e deixa o veneno... Deixa a arma ou se for ao caso de um aparelho você deixa o interruptor perto da pessoa pra ela desligar... E aí a pessoa que tá acamada que vai decidir se ela toma ou não... Se ela dá o tiro na cabeça ou não [M11 é ela mesmo que] ela é que decide... Por isso que é chamado de suicídio assistido, na eutanásia uma vez que a pessoa foi lá apertou o botão e desligou ou injetou alguma coisa, ela vai morrer e no caso do suicídio assistido não... A pessoa [F29 a pessoa que decide] [M11 no caso na eutanásia quem ajuda tem culpa... nesse não tem] nesse tem também [M11 tem] tem... Se for descoberto a pessoa vai ser penalizada [F42 tem por que facilitou] por facilitação do homicídio e tal... A lei Brasileira... A lei dos países cristãos é muito rigorosa em relação a isso... Tanto é que o único país religioso que se tem pena de morte é nos Estados Unidos... Nos outros você não tem. E aí... É... O que vocês acham disso? Da possibilidade da pessoa querer morrer e a outra desligar o equipamento ou matar essa pessoa?

M11

Depende... se a pessoa tiver sofrendo e deseja morrer eu ajudava... você não quer morrer minha filha ou meu filho... [F29 cada um com sua consciência né] é.

Entrevistador

Você também acha que é certo?

F29

Se ele quer morrer a gente não pode impedir.

M11

Ver que a pessoa tá ali sofrendo mesmo [F29 tá vegetando né numa cama].

Entrevistador

Só pra vocês terem uma ideia tem casos de câncer que se a pessoa tiver consciente, acordado ela sente tanta dor que você injeta morfina não faz mais efeito... Uma dor terrível

F54

Mais aí tá num estágio bem avançado.

Entrevistador

A pessoa vai morrer... E aí?

F54

Rapaz eu deixo ela lá... Faz parte do processo da vida.

Entrevistador

E você não abreviaria a vida não?

F54

Não.

Entrevistador

Por quê?

F54

De forma alguma [F29 só ia diminuir o sofrimento antecipando a morte] e quem é você pra tirar a vida de alguém... Nem se pedisse [F42 eu falava assim... peça a outra pessoa eu não] eu não tiro não... Eu não sou ninguém para tirar a vida de ninguém... Se ela tá passando por aquilo [M11, mas seria uma ajuda] [F06 é o seguinte uma pessoa que tá num estado desse não é brincadeira não] Eu sei que não é brincadeira... Mas é questão de opinião, eu respeito a sua do mesmo jeito que eu tenho a minha... Se você tivesse morrendo num estágio terminal e sua única opção fosse eu você estava ferrada por que eu não ia desligar o aparelho [M11 ia sofrer muito].

Entrevistador

Então você seria favorável também [F06 sou] isso aí tem a ver com a seguinte questão que eu tinha marcado aqui... A pessoa tem o direito de escolher quando ela deve parar de viver?

F29

Nesse caso de muito sofrimento?

Entrevistador

Justamente nesse caso que a pessoa já sabe que vai morrer [F54 é um caso grave] E você F42?

F42

O quê... eu já disse... Eu não desligava não.

Entrevistador

Não?

F29

Nem deixava o interruptor perto dele?

F42

Não... Eu saía da sala... Peça pra outra pessoa.

Entrevistador

E vocês que falaram que seriam favoráveis... E se fosse parente de vocês?

F06

Rapas eu desligava por que o sofrimento não é uma coisa de um dia pro outro, é uma coisa que já vem a muito tempo acontecendo [F29 e não sofre só o doente sofre a família também] é.

F54

Mais faz parte da vida.

Entrevistador

Sofrer?

F54

Não... não é exatamente sofrer, mas é um processo, a gente nasce... cresce e morre algum dia e faz parte do processo onde você passa por determinadas coisas... por exemplo você é diagnosticada que vai morrer daqui a dois meses aí você vai... há eu vou morrer daqui a dois meses vai lá pegar e se mata? [M11 se tiver certeza que vai morrer daqui a dois meses é melhor que pelo menos não fica com aquela angustia] eu não ia viver o máximo que eu puder... pois... eu vou morrer daqui a dois meses e eu vou me matar [M11 por que aí ninguém tem certeza se vai morrer daqui a três meses] [F06 fora que vai apodrecer as carnes né... você sem movimento na cama... você vai apodrecer as carnes] [Entrevistador isso chama de escala de pressão] [F06 e você ali sofrendo cada instante].

Entrevistador

Mas aí é que tá... você precisa ter alguém que movimente a pessoa... os enfermeiros têm que mover... a pessoa tá na cama ela não pode ficar parada... então tem um procedimento de enfermagem que você vai lá vê a pessoa em um dia e no outro dia você muda a pessoa de posição por que se ela ficar sempre na mesma posição vai começar a aparecer feridas.

M11

O ruim tá aí.

F06

É por que muitas pessoas ganham dinheiro para fazer terapia.

Entrevistador

Mas vocês perceberam o que eu falei... A pessoa tá em estágio terminal ou tá sentindo uma dor insuportável e incurável e ela pede pra que a vida dela seja abreviada... ela não quer viver de jeito nenhum.

M11

Nesse caso eu ajudaria ele [F06 eu ajudaria também] teria uma conversa com essa pessoa se ela pudesse falar né.

Entrevistador

Sim... é uma pessoa que tá consciente.

M11

Se ela desejasse que desligasse o aparelho ou que desse algum remédio... Então eu faria esse favor a ela.

Entrevistador

Só você que não então e F42 né?

F42

Sim.

9.4 TRANSCRIÇÃO DO GRUPO FOCAL III (EXCERTO)

Entrevistador

O que vocês sabem sobre Eutanásia?

F32

Eutanásia... é quando a pessoa assim tá em estado [F33 vegetativo?] em estágio terminal né... ai a pessoa vai lá e aplica alguma coisa e tchau

F34

Ou desliga o aparelho

Entrevistador

Todos sabem o que é isso aí? você sabe também?

F33

É já ouvi falar

F36

A gente sabe sobre... a gente [áudio confuso]

Entrevistador

Há... vocês sabiam?

F32

Eu estudei no curso de enfermagem... quando eu fiz o curso eu estudei

Entrevistador

Eutanásia é uma... a palavra eutanásia significa morte boa [F33 há... morte boa] morte boa por que? por que ela é uma morte que livra a pessoa do sofrimento... então a ideia dos defensores da eutanásia é por exemplo se uma pessoa tiver em estado terminal numa doença e sabe que vai morrer, o caso dela não tem jeito, ela tá sofrendo muito por conta de dor... como no caso de câncer que se você aplicar morfina a pessoa a dor não passa... e ela continua sentindo dor... então os defensores da eutanásia dizem que nesse caso é melhor você abreviar a vida da pessoa... é melhor matar... então você pode injetar alguma coisa pra ela ter uma morte indolor e rápida [F36 uma morte boa] é... e aí nesse caso é chamado de eutanásia ativa por que você foi lá e matou a pessoa ou então a pessoa pode ter levado o equipamento de suporte a vida e você vai lá e desliga... Nesse caso como você não matou diretamente... aplicando uma injeção letal, essa prática é chamada de eutanásia passiva [F34 essa é massa... mais acontece muito] desligar né [F34 desligar] [F32 geralmente os pacientes ficam entubados... quando eles veem que não tem chance... as chances são mínimas eles vão lá] mais quem desliga? [F32 os médicos... mas pra isso tem autorização da família] [F36 exato... eu ia falar sobre isso... eu acho né... quer dizer tem um exemplo lá daquela médica... que diz que tava matando] [F32 agora não sabe informar se a família tá com pena] é... então... aparentemente não né [F34 tem

isso também... e dificilmente qualquer família vai... dificilmente vamos dizer que 95% das famílias não aceitam] é... em geral ou a pessoa que tá sofrendo tem que pedir ou no caso da pessoa tá incapacitada de pedir... aí a família tem que decidir... eutanásia é diferente de fazer suicídio assistido... vocês já ouviram falar? suicídio assistido é quando a pessoa tá na mesma situação... tá com uma doença terminal e sabe que vai morrer ou tá sofrendo muito... e chega alguém e fala, você me ajuda? aí a pessoa pergunta como? há... me traz um veneno aí e coloca do meu lado... é diferente da eutanásia por que quem vai decidir se vai morrer é a própria pessoa... ela tá ali, o veneno tá ali... o interruptor pra desligar o equipamento tá ali perto aí se ela vai apertar ou não, se ela vai tomar o veneno ou não é decisão dela... por isso que é chamado suicídio assistido... você não matou então não é eutanásia... mas você colocou uma coisa perto da pessoa pra que ela pudesse morrer... os dois casos no Brasil são crimes... o Brasil não... países que são cristãos de uma maneira geral são contrárias a eutanásia... quanto maior a religiosidade de um país menor as chances de você ter eutanásia aprovada... é diferente por exemplo do que acontece na Bélgica... Holanda... Dinamarca... Países onde você tem uma população religiosa muito pequena e os poucos que são religiosos são protestantes... ao invés de raciocinar com a religião com a filosofia da religião... eles raciocinam mais pela filosofia do judaísmo... filosofia liberal que cada um tem que cuidar de si... isso é chamado de liberalismo... Então vamos lá... o que vocês acham da eutanásia? o que vocês pensam da eutanásia?

F36

Tem que ser elas... eu que trabalho no hospital eu sou suspeita de falar isso

Entrevistador

Há... fala [F33 aí é que é bom] aí é que é bom... vamos começar por você então

F36

Eu sou a favor numa parte... se a pessoa tá sofrendo... se assim a família tá ciente do que o paciente tem... se é uma doença que não tem mais volta... então... se aquela pessoa tá sofrendo eu acho correto... mas também tem aquela parte assim... e se aquela pessoa... mesmo que ela esteja num quadro que a gente tá vendo...mas ela convive com essas pessoas ela sabe quem é, será que é justo matar? Fica a dúvida

Entrevistador

E se ela pedisse?

F36

Então... eu ia chegar nessa parte... e se fosse uma família minha? e me pedisse para morrer... se eu soubesse que não ia ter chance que a saúde dela não tinha como retornar... tipo uma pessoa com câncer que a gente já sabe que tá em fase terminal... se já tá ali e a gente pode fazer alguma coisa, eu sei que não é o certo... a gente tá matando... é crime... mas se for aliviar o sofrimento.

Entrevistador

E você?

F34

Concordo plenamente... como aconteceu um caso aqui no João Alves... com uma menininha de três anos caiu do tanquinho e ela não conseguiu sair... entrou em coma... aí ficou lá no João Alves... hoje estava melhor amanhã pior... aí o que aconteceu... de repente hoje ela melhorou e não chegou nem a amanhecer, parou tudo... você acha que foi o quê? eu acredito que eles desligaram o aparelho

Entrevistador

E você?

F32

Não... eu também concordo

Entrevistador

Que deve desligar?

F32

Sim... apesar que as vezes assim.... você fica meio que na dúvida por que assim [F36 você tem sempre uma esperança né] é... então... Por que no fundo às vezes assim... Que nem pessoas assim que tem fé, que acreditam né... Às vezes acha que algum milagre vai acontecer [F36 não existe esse milagre] aí você fica com o coração na dúvida... Mas a às vezes é melhor do que você ver aquela pessoa sofrendo... Aí vai e alivia a dor

F36

Depende também do médico, do hospital e da equipe por que como você mesmo falou... A religião atrapalha por que quem realmente é religioso diz assim: Deus vai fazer um milagre... Mas uma pessoa que tá com um quadro de câncer já grave que está desenvolvido no organismo todo... O que é que vai fazer? Aí eu acho que ele tem que conhecer Deus pessoalmente e ver ele cara a cara pra ele entender que isso seria verdade... Mas no meu dia-a-dia como eu vejo... Não tem jeito não

Entrevistador

E você F33?

F33

Eu concordo com eles

Entrevistador

Você também acha que a pessoa que tá pedindo pra morrer tem o direito de pedir?

F33

Se já tá nas últimas e não tem chance nenhuma... Então alivia o sofrimento é melhor que seja logo

F36

E a gente tem que ter um documento que essa pessoa tá... Assinando e está tirando a responsabilidade de você [F33 há mais se tiver em coma e vão uns anos e nada de evoluir?] [F34 aí a família vai e] mais existe coma induzido... Entendeu? Que o médico induz a pessoa ficar em coma e aí ele vai diminuir esse medicamento e se a pessoa fizer algo ela aperta a sua mão dependendo do quadro de cada doença

Entrevistador

Mas se a pessoa tiver inconsciente e não tiver como expressar a sua vontade é justo a família decidir por ela?

F36

Então... Tem essa parte né... Aí é onde vai omitir o quê? O fato da doença né... Os sintomas... Quais são as chances quais não são... Vai depender muito [F32 acho que isso é caso mais de idoso né... que é idoso já] que nada... Existe adolescente que tomou chumbinho... Que... Teve uma menina lá mesmo no caso do feijão lá em Lagarto [Entrevistador feijão?] feijão... Que foi o veneno do feijão... Eu fiquei doente só com a transpiração... O cheiro que saía eu ficou doente e tive que tomar três dias antibiótico e tudo e sem nem poder ir pro hospital... Fiquei três dias tomando antibiótico e fiquei quinze dias de atestado médico porque nós fomos os primeiros a ter contato... A equipe toda... Fui eu mais duas técnicas um enfermeiro e um médico... Ficou doente todo mundo... Pior do que chumbinho [F33 misericórdia]

Entrevistador

Então a família tem direito de decidir pela eutanásia?

F36

Eu penso que sim [F33 depende do caso... se for bem grave e não tem como evoluir].

Entrevistador

O caso que a gente vai discutir é sempre esse... A pessoa vai morrer

F32

Se vai morrer... Então fazer o quê?

F36

Eu penso que a família é responsável suficiente

F33

Com certeza

F34

Na inconsciência do indivíduo a família é quem deve responder

Entrevistador

Certo... Mas é justo?

F34

É.